



RELATÓRIO ANUAL DA GERÊNCIA EXECUTIVA

Fechamento do Exercício de 2025

DINC – Distrito de Irrigação Senador Nilo Coelho

Contrato de Cessão CODEVASF-DINC N° 0.070.00/2021

Vila CS-1 - Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho - Petrolina-PE

www.dinc.org.br / faleconosco@dinc.org.br

DINC – Distrito de Irrigação Senador Nilo Coelho

Relatório Anual da Gerência Executiva

Contrato de Cessão CODEVASF-DINC Nº 0.070.00/2021

Petrolina-PE
2026

SUMÁRIO

PREÂMBULO.....	5
DADOS DO PERÍMETRO	6
Quem Somos	6
Ocupação por categoria e tipos de cultura implantadas	7
Sistemas de Irrigação	7
Ocupações por cultura	8
CENÁRIO E AMBIÊNCIA EM 2025	9
Quadros Diretivos	9
DESTAQUES DE 2025	10
Destques da Administração	10
Destaque da Manutenção	13
Destaque a Operação	14
DESEMPENHO FINANCEIRO	15
Despesas x Arrecadação	15
Comparativo Previsto x Realizado das Despesas	16
Evolução de Previsões do Custo Fixo X Custo Variável	17
Evolução de previsões do K2 Fico – 5 anos.....	17
Evolução do faturamento/Arrecadação/Desembolso	18
Evolução da Inadimplência.....	19
Indicadores econômico-financeiros e contábeis	21
DESEMPENHO OPERATIVO	23
Evolução do volume bombeado	23
Custo variável médio do Perímetro	23
Economia pelo uso do horário reservado.....	23
Histórico de Custos e Consumo 2025	24
DESEMPENHO DA MANUTENÇÃO.....	25
Evolução da Aplicação dos Recursos de Infraestrutura	25
Comparativo Previsto x Realizado das Despesas	26
Manutenção da infraestrutura de uso comum	26
1. Contratação Terceirizada	28
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	34
1.1 Balanço Patrimonial – 31 de dezembro de 2025 (R\$)	34
1.2 DRE – Demonstração do Resultado do Exercício – 31 de dezembro de 2025 (R\$)	35
1.3 DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (em R\$)	36
1.4 Faturamento	36

1.5	Notas Explicativas	36
1.6	Parecer sem reserva.....	52
1.7	Parecer do Conselho Fiscal	55

PREÂMBULO

O Relatório de Fechamento do Exercício, elaborado pela Gerência Executiva, tem por objetivo a demonstração de informações que traduzem o desempenho do DINC – Distrito de Irrigação Nilo Coelho, enquanto Organização, no ano executivo compreendido pelo Plano Operativo Anual (POA), quanto ao atingimento de seus resultados. A consecução desses propósitos está diretamente ligada a uma definição de metas exequíveis, fundamentalmente estabelecidas de forma clara e que hajam sido aprovadas pela Cia. de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), proprietária da infraestrutura pública gerida pelo DINC.

O Orçamento Executivo é uma ferramenta de controle que decorre do Plano Operativo e possibilita o estabelecimento das despesas que foram previstas para que se alcance o objetivo planejado para o exercício, esses valores espelham a necessidade plena de funcionamento e a manutenção da infraestrutura, devendo os valores projetados serem seguidos e aplicados efetivamente. É pertinente destacar que o POA enquanto instrumento oficial de gestão passa pelo seguinte processo de implementação: (1) apresentação/proposição pela Gerência Executiva, (2) ajustes/validação pelo Conselho de Administração e (3) aprovação pela CODEVASF.

Por fim, este relatório pretende se apresentar como uma síntese do funcionamento do DINC no ano de 2025, retratando, também, outros aspectos relacionados ao PPI¹ Senador Nilo Coelho no período, tais como dados de ocupação física das culturas, composição/estratificação dos usuários, sistemas de irrigação parcelar utilizados, e outras informações pertinentes às atividades desenvolvidas.

¹ PPI: Projeto Público de Irrigação

DADOS DO PERÍMETRO

Quem Somos

O DINC, fundado em 02 de abril de 1989, é uma instituição privada sem fins lucrativos (associação civil), que tem por objetivo a execução da gestão do PPI como seu operador. Isso enseja a Administração, Operação, Manutenção e Conservação de toda a infraestrutura do Projeto, atividades que conjugadas resultam no fornecimento de água para irrigação aos usuários nele instalados, bem como a prestação de serviços a ele relacionados. A atuação do DINC enquanto operador do PPI está estabelecida por meio do Contrato de Cessão nº 007000.2021, celebrado com a CODEVASF em novembro de 2021 com vigência até novembro de 2026.

A Organização, é administrada pelos próprios produtores, representados por um Conselho de Administração formado por sete membros e um Conselho Fiscal composto por três membros, eleitos em Assembleia Geral, com mandatos de dois anos e de um ano, respectivamente. A CODEVASF participa do processo de governança sendo representada pelo seu ROP – Representante nas Organizações de Produtores, que indicado pela Presidência, participa das Reuniões do Conselho de Administração com direito a voz e veto nas deliberações do colegiado.

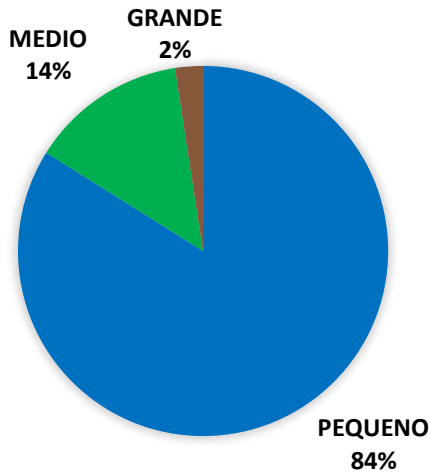
A gestão do projeto fica a cargo do quadro funcional do Distrito, comandado pela Gerência Executiva a quem cabe conduzir os interesses institucionais, técnicos e financeiros em consonância e obediência:

- À legislação pertinente ao funcionamento do Distrito no âmbito da irrigação pública estabelecida pela Política Nacional de Irrigação nº 12.787, de 11 janeiro de 2013;
- Ao uso dos recursos hídricos, estabelecido por meio da Política Nacional de Recursos Hídricos de 08 de janeiro de 1997;
- À legislação ambiental aplicável, nos âmbitos federal, estadual e municipal;
- Às Diretrizes/Resoluções estabelecidas pelo Conselho de Administração em consonância com o Estatutos do DINC e ou normas da CODEVASF quando aplicáveis.

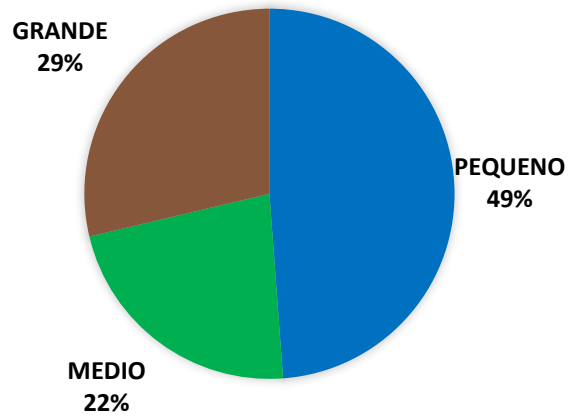
Ocupação por categoria e tipos de cultura implantadas

Em 2025, registramos 2.350 usuários, sendo 1.972 pequenos produtores com lotes cuja área irrigável não ultrapassa 7 hectares, 321 médias empresas que ocupam áreas irrigáveis entre 7,01 e 50 hectares e 57 grandes empresas que possuem áreas irrigáveis acima de 50 hectares.

PERCENTUAL Nº DE PRODUTORES



PERCENTUAL DE ÁREA



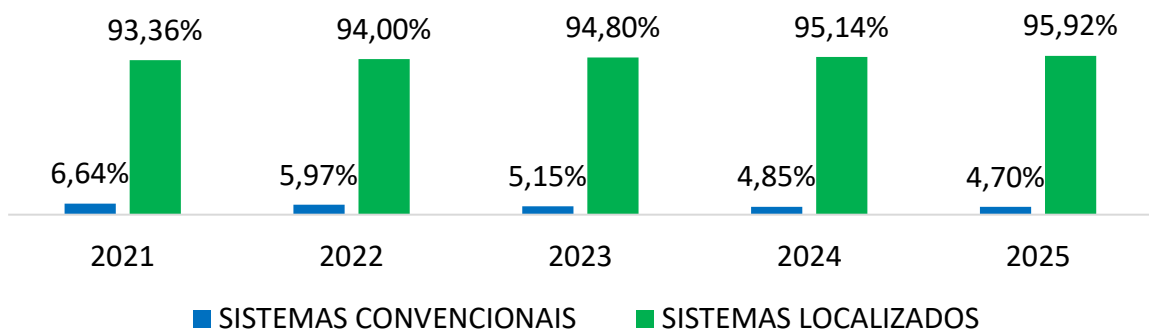
Fonte: DINC 2025

Sistemas de Irrigação

SISTEMAS CONVENCIONAIS (ha)	2021	2022	2023	2024	2025
ASPERÇÃO CONVENCIONAL	6,02%	5,39%	4,61%	4,33%	3,58%
CANHÃO	0,09%	0,08%	0,05%	0,03%	0,01%
PIVÔ	0,53%	0,50%	0,49%	0,49%	0,48%
TOTAL	6,64%	5,97%	5,15%	4,85%	4,07%

SISTEMAS LOCALIZADOS (ha)	2021	2022	2023	2024	2025
GOTEJO	31,57%	33,13%	35,6%	35,98%	37,65%
DIFUSOR	2,13%	2,18%	2,4%	2,88%	3,07%
MICRO ASPERSOR	59,66%	58,70%	56,8%	56,28%	55,20%
TOTAL	93,36%	94,00%	94,8%	95,14%	95,92%

SISTEMAS DE IRRIGAÇÃO PARCELARES



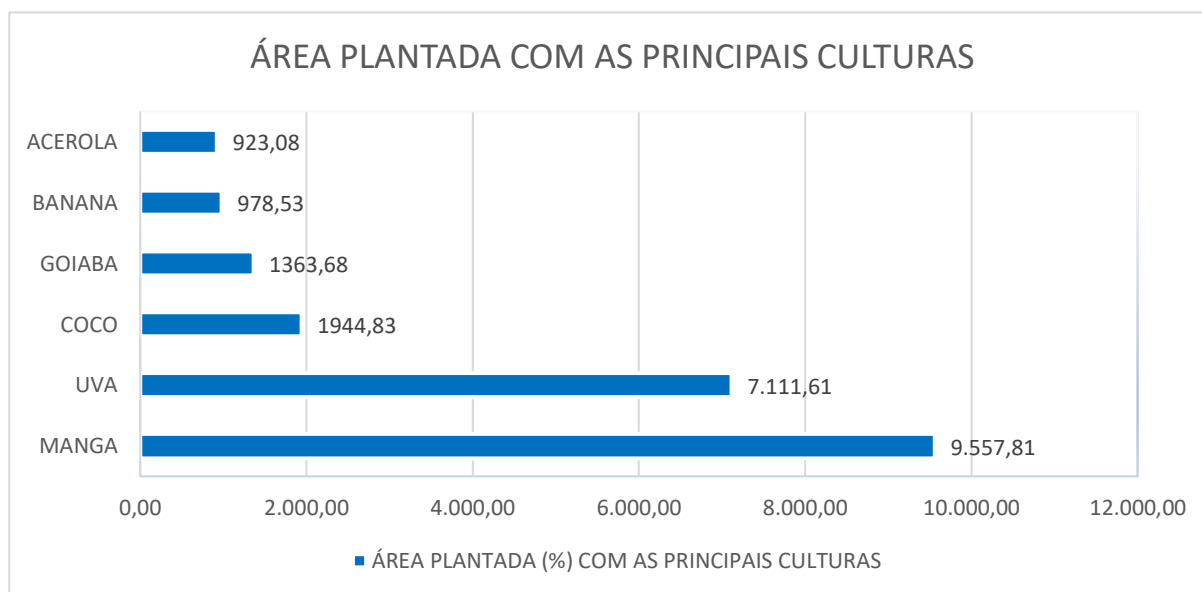
Fonte: DINC 2025

Ocupações por cultura

LISTA DE CULTURAS EM CONDUÇÃO NO PPI NILO COELHO

CULTURA	ÁREA	%	CULTURA	ÁREA	%
MANGA	9.557,81	41,816 %	HORTALIÇA	7,74	0,034 %
UVA	7.111,61	31,114 %	MELAO	7,00	0,031 %
COCO	1.944,83	8,509 %	CANA	7,00	0,031 %
GOIABA	1.363,68	5,966 %	FEIJAO	6,80	0,030 %
BANANA	978,53	4,281 %	CEBOLA	4,80	0,021 %
ACEROLA	923,08	4,039 %	ROMA	4,75	0,021 %
CAJU	201,71	0,882 %	TANGERINA	4,00	0,018 %
PUPUNHA	103,00	0,451 %	BATATA	3,80	0,017 %
LIMAO	91,16	0,399 %	SOJA	3,25	0,014 %
MILHO	86,28	0,377 %	PERA	3,00	0,013 %
MARACUJA	70,80	0,310 %	ACAI	2,96	0,013 %
PINHA	68,65	0,300 %	ROSA DO DESERTO	2,50	0,011 %
MANDIOCA	62,60	0,274 %	GRAMA	2,00	0,009 %
MAMAO	54,94	0,240 %	CAJARANA	2,00	0,009 %
CAPIM	54,56	0,239 %	SORGO	2,00	0,009 %
ABOBORA	28,70	0,126 %	FIGO	1,80	0,008 %
ABACATE	24,48	0,107 %	CARAMBOLA	0,60	0,003 %
CACAU	24,00	0,105 %	LARANJA	0,60	0,003 %
PITAIA	14,30	0,063 %	TANQUE	0,60	0,003 %
MELANCIA	12,70	0,056 %	SAPUTI	0,50	0,002 %
CROTALARIA	10,00	0,044 %	OUTROS	1,81	0,006 %
TOTAL				22.856,93	100 %

Fonte: DINC 2025



CENÁRIO E AMBIÊNCIA EM 2025

Quadros Diretivos

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Walter dos Santos Rocha Pequenos Produtores	Presidente
Nilberto Rodrigues dos Santos Pequenos Produtores	Vice-Presidente
Agranvil Agricultura Andrade Vieira LTDA ME Representada por: Ieda Monica Batista Vieira Pequenas e Médias Empresas	Secretário
Jean Pablo da Silva Pequenos Produtores	Membro
José Loyo Arcoverde Pequenos Produtores	Membro
Santa Felicidade Agropecuária LTDA Pequenas e Médias Empresas	Membro
Agropecuária G3 LTDA Representado por: Victor Martins Moreira Grandes Empresas	Membro

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Sweet Fruits Com. Atac. Imp. e Exp. de Frutas LTDA Representada por: Heber do Nascimento Paiva Grandes Empresas	Presidente
Eder Ignácio de Souza Pequenas e Médias Empresas	Secretário
Zanlorenzi Bebidas LTDA Representada por: Fernando Andres Galarza Pequenos Produtores	Membro

GERÊNCIA DINC

Paulo Henrique Pessoa de Sales	Gerente Executivo
Flávio Teixeira de Souza	Gerente Administrativo/Financeiro
Armando Bagagi Bezerra	Gerente Operação
Alisson Cleiton Alves de Sousa	Gerente de Manutenção
Humberto Augusto Arrunátegui Morales	Assessoria de O&M
Anne Gabriela Araujo Cavalcante	Assessoria Executiva

CODEVASF

Lucas Felipe de Oliveira	Diretor-Presidente da CODEVASF
Edilazio Wanderley de Lima Filho	Superintendente 3ªSR
José Costa Barros	Gerente de Irrigação da 3ªSR
Augusto César de França Lucena	Representante da CODEVASF no Conselho de Administração e Fiscal do Contrato de Cessão

DESTAQUES DE 2025

Destaques da Administração

Durante o exercício de 2025, na administração, foram conduzidos projetos estruturantes com foco em padronização de processos, automação, conformidade legal e fortalecimento dos mecanismos de controle interno. As ações tiveram como diretriz a melhoria da eficiência operacional e o aumento da transparência na gestão.

As implementações realizadas demonstram evolução significativa no nível de maturidade dos controles internos da organização, promovendo **fortalecimento da governança** com maior formalização e padronização de processos, **redução de riscos operacionais e fiscais** especialmente com a automação de obrigações legais, **ganhos de eficiência** com diminuição de atividades manuais e maior agilidade nos fluxos, **aprimoramento da tomada de decisão**, apoiada em informações mais confiáveis e disponíveis em tempo real, por fim, **impacto financeiro indireto positivo**, com redução de perdas, retrabalho e custos contratuais.

1. Melhoria e Padronização do Processo de Auditoria e Normatização

Descrição:

Estruturação dos processos de auditoria interna e organização dos normativos institucionais por área de responsabilidade.

Resultados e Benefícios:

- Revisão e padronização de processos internos;
- Maior transparência e clareza nas responsabilidades;
- Aumento da confiabilidade no atendimento aos normativos;
- Melhoria na rastreabilidade e monitoramento das obrigações internas.

2. Automatização do EFD-Reinf

Descrição:

Implantação de rotinas automatizadas para geração e entrega das obrigações acessórias fiscais para o governo.

Resultados e Benefícios:

- Redução de processos manuais e retrabalho;
- Mitigação de riscos de erros e inconsistências;
- Garantia de conformidade com a legislação vigente;
- Prevenção de penalidades e multas fiscais.

3. Melhorias no Sistema Orça DINC

Descrição:

Aprimoramento do sistema de gestão orçamentária, com foco em usabilidade e controle.

Resultados e Benefícios:

- Simplificação no cadastramento de produtos;
- Redução da operacionalização manual;
- Implementação de fluxo de aprovação mais ágil e intuitivo;
- Monitoramento em tempo real do status das demandas.

4. Implantação do Controle de Ativo Fixo**Descrição:**

Estruturação e integração do controle patrimonial automatizado.

Resultados e Benefícios:

- Rastreabilidade precisa dos ativos;
- Geração de relatórios gerenciais em tempo real;
- Conformidade com critérios de auditoria;
- Redução de falhas humanas e inconsistências de registro;
- Conformidade com os procedimentos de controle de auditoria;
- Otimização do controle patrimonial.

5. Implementação da Auditoria de Contratos**Descrição:**

Criação e implantação do processo de auditoria contratual, incluindo normativo próprio (NP) e rotinas de acompanhamento.

Resultados e Benefícios:

- Garantia de conformidade contratual;
- Maior transparência na execução dos contratos;
- Identificação proativa de riscos e oportunidades de melhoria;
- Redução de custos contratuais por meio de medições mais precisas;
- Fortalecimento da gestão contratual;
- Maior engajamento dos gestores no acompanhamento dos serviços.

6. Implementação da digitalização de documentos. (arquivo digital de admitidos-início Janeiro/2025)**Resultados e Benefícios:**

- Redução significativa de custos operacionais (papel, impressão e armazenamento);

- Aumento da segurança e confidencialidade das informações trabalhistas;
- Agilidade no acesso a documentos por RH, DP e colaboradores;
- Alinhamento com práticas sustentáveis e transformação digital;
- Padronização e organização do histórico funcional dos colaboradores.

7. Modernização do Controle da Jornada - Implementação do aplicativo Meu RH a toda empresa – Julho/2025 - Implementação do ponto (REP C) no Portal e registro de ponto off-line – Clock-in (REP A).

Resultados e Benefícios:

- Maior confiabilidade e rastreabilidade dos registros de jornada;
- Redução de riscos trabalhistas e passivos legais;
- Adequação à legislação vigente sobre controle de ponto eletrônico;
- Continuidade operacional em áreas sem cobertura de rede. (Clock-in);
- Maior autonomia do colaborador no acesso às informações;
- Redução da demanda operacional do RH com atendimentos recorrentes;
- Comunicação mais ágil e transparente sobre férias e jornada;
- Fortalecimento da imagem do RH como área moderna e acessível.

8. Implementação do arquivo digital dos colaboradores.

Resultados e Benefícios:

- ASOs e atestados médicos são armazenados em formato PDF;
- Os documentos são organizados em pastas digitais individuais, garantindo maior controle, segurança das informações, confidencialidade e facilidade de acesso.

9. Processo de Eleição da CIPA Digital

Resultados e Benefícios:

- Maior participação dos colaboradores, facilitando o acesso ao processo eleitoral;
- Agilidade na realização da eleição, reduzindo o tempo necessário para votação e apuração;
- Comodidade para os colaboradores, que não precisaram sair de seus setores de trabalho, tornando o processo rápido e fácil;
- Melhor organização e confiabilidade garantindo transparência e rastreabilidade.

10. Gestão de Indicadores e Performance: Cumprimento integral das metas estabelecidas, com foco especial no acompanhamento de OTIF e aplicação da Curva ABC para otimização de estoque.

- 11. Eficiência de Inventário: Manutenção de um nível de excelência operacional, atingindo 99,95% de acuracidade no inventário anual.**
- 12. Controle de Suprimentos e Estoque: Melhoria constante no Giro de Estoque e rigor na solicitação de cadastros de produtos via SisDinc.**
- 13. Análise mensal de SC: Implementação de análise mensal detalhada para Solicitações de Compras (SC).**
- 14. Gestão de Carteira de pedidos: Atualização e análise quadrimestral estratégica da carteira de pedidos, garantindo maior previsibilidade ao setor.**
- 15. Construção e monitoramento das baias de inservíveis e reaproveitáveis.**

Destaque da Manutenção

1. Modernização de válvula borboleta 42" na tubulação de recalque da EBP-NC, aumentando a segurança operacional, melhoria no sistema mecânico interno e eixo da válvula sem contato direto com a água, gerando maior segurança ao equipamento e ao sistema;
2. Upgrade do sistema de freio na comporta vagão da tomada d'água, com aplicação de freio eletromagnético, melhorando a capacidade de torque e facilitando a manutenção preventiva dos motores de acionamento;
3. Implantação do Sistema de Monitoramento em tempo real de grandezas elétricas na EB-11, EB-14 e EB-32, permitindo o acompanhamento em tempo real de possíveis riscos via sistema de monitoramento e reduzindo a necessidade de intervenção local pela equipe de automação/elétrica;
4. Retrofit no painel zero de 5 estações com a instalação de sensores de tensão, potência ativa e potência reativa, o que gera maior confiabilidade das medições e abre possibilidade para a transmissão dos dados elétricos via sistema de automação;
5. Instalação do controlador de irrigação OMEGA e sistema de operacionalização remoto de válvulas, permitindo o monitoramento remoto dos parâmetros de vazão e pressão da unidade irrigante, a operação remota da válvula controladora, possibilitando realizar corte e religação à distância;
6. Entrega e demonstração de capacidade técnica da equipe no enfrentamento dos sinistros ocorridos na EBP-NC, o que possibilitou a reativação da estação em curtos

intervalos de tempo, reduzindo os impactos sofridos pela interrupção no fornecimento de água devido aos problemas apresentados na estação, durante o mês de setembro.

Destaque a Operação

1. Monitoramento dos recursos hídricos nas parcelas, com a instalação de baterias de tensiômetros no solo;
2. Ampliação da rede de sensores de molhamento foliar junto às estações meteorológicas, para apoio ao produtor sobre manejo fitossanitário;
3. Implementação de sistema de videomonitoramento estratégico nas proximidades do Riacho Vitória, garantindo vigilância contínua e proteção dos recursos hídricos da região;
4. Incremento de novo indicador do Meio ambiente, (IQA) Índice de qualidade da água;
5. Expansão e ajuste na geração de energia solar no prédio SEDE - C1;
6. Elaboração e atualização do mapeamento das áreas externas ao longo do Canal 1.11, no Setor Maria Tereza, identificadas como LOTES P (Particulares), com o objetivo de integrá-las ao mapa geral do Perímetro Público de Irrigação (PPI), garantindo maior organização, padronização e confiabilidade das informações do sistema.

DESEMPENHO FINANCEIRO

Despesas x Arrecadação

MÊS	ORÇADO	DESPESAS	DESEMB.	ARRECAD.
JAN/25	8.525.586	5.353.720	5.642.120	5.830.702
FEV/25	6.608.597	5.761.086	5.988.127	6.095.152
MAR/25	5.231.995	5.764.690	5.189.965	4.647.866
ABR/25	5.268.403	6.265.792	5.443.236	5.501.068
MAI/25	5.876.546	5.692.694	6.805.062	5.781.783
JUN/25	5.415.961	5.641.129	7.035.216	5.817.900
JUL/25	5.559.725	5.665.158	5.449.337	6.265.135
AGO/25	5.657.614	5.728.824	6.051.952	5.576.656
SET/25	6.071.524	5.829.881	7.788.547	6.217.907
OUT/25	5.908.982	5.600.726	7.073.924	7.175.967
NOV/25	4.882.340	6.421.298	6.056.660	5.522.272
DEZ/25	5.520.832	6.277.928	8.491.792	7.188.127
TOTAL	70.528.106	70.002.925	77.015.939	71.620.445

Notas Explicativas

A situação ideal é representada pela seguinte condição: Arrecadação > Orçado > Despesas.

- Despesas são os gastos realizados e computados sob o regime de competência e o Desembolso são gastos efetuados no regime de caixa.
- Orçado x Despesas; A realização da despesa abaixo do orçamento em 0,74% refere-se ao custo variável, que ficou inferior ao previsto em 1,46%. Cabe pontuar que a previsão do custo variável é meramente simbólica, apenas para a composição do relatório gerencial enviado a Codevasf. Em relação ao custo fixo a sobra orçamentária equivalente a 0,01%.
- Desembolso x Arrecadação*: Os desembolsos de uma forma geral ficaram acima dos valores arrecadados em 7,53%. Cabe pontuar que a arrecadação é vinculada a cobrança de k2 fixo aprovado mais o k2 variável, portanto, os desembolsos via fundo de reserva, despesas oriundas dos rendimentos de aplicação financeira, antecipação de compras ano subsequente via sobra orçamentária não geram faturamento (cobrança ao produtor), mas impactam nos desembolsos, conforme demonstrativo abaixo com as contas de maiores impactos:

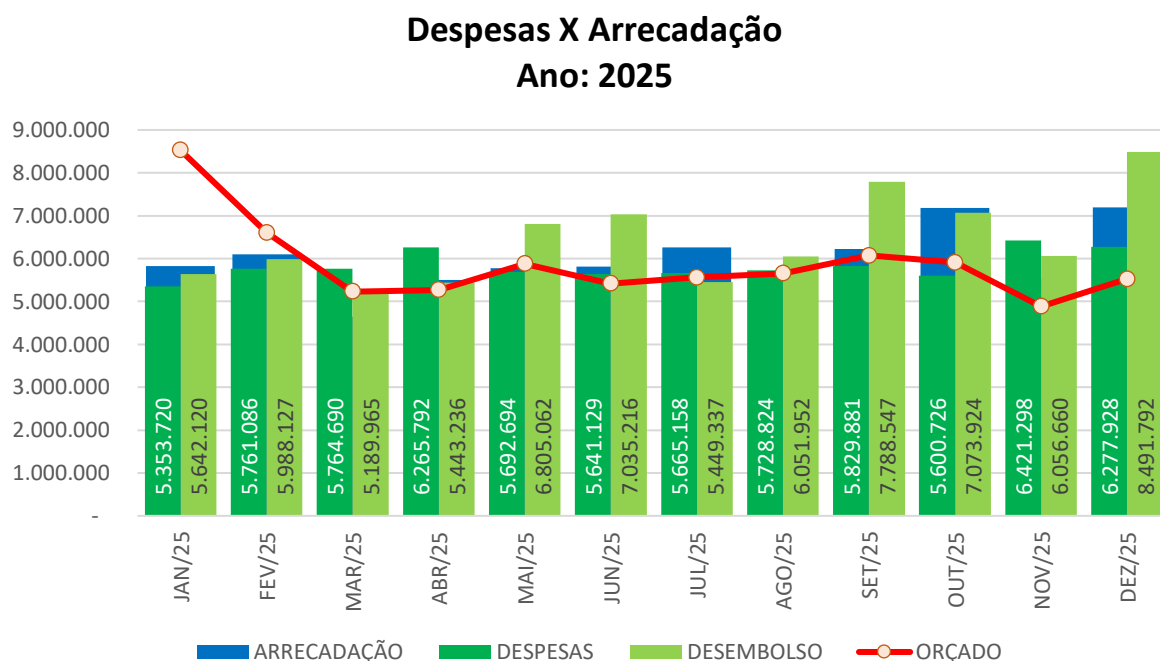
DEMONSTRATIVO DESEMBOLSO OUTRAS ORIGENS

CONTA ORIGEM	DESEMBOLSO
Fundo de Reserva**	R\$ 3.388.808,00
Despesas oriundas dos rendimentos de Aplicação***	R\$ 293.695,49
Aporte financeiro de saldo orçamentário do exercício anterior	R\$ 235.734,25
TOTAL	3.918.238

**Os desembolsos via Fundo de Reserva tiveram como maior representatividade as despesas relacionadas à sinistralidade ocorrida na Estação de Bombeamento Principal (EBP), no mês de setembro, que geraram

despesas de manutenção (fixas) no montante aproximado de R\$ 2.012.345,00 e despesas variáveis no valor de R\$ 475.299,29 (custos com energia decorrentes da operação fora do horário de ponta e da ultrapassagem da demanda contratada, não repassados aos produtores). Também foi aprovado, em sua 586ª Reunião Ordinária, que o Conselho de Administração deliberou pela aprovação da proposta apresentada para aquisição de mais uma escavadeira hidráulica e substituição de duas escavadeiras hidráulicas usadas, sendo desembolsado, em 2025, o montante de R\$ 720.000,00.

***Os desembolsos oriundos dos rendimentos de aplicação financeira foram pertinentes ao programa de premiação anual, à expansão do projeto fotovoltaico da sede e à bonificação dos colaboradores envolvidos no enfrentamento da emergência EPC-NC.



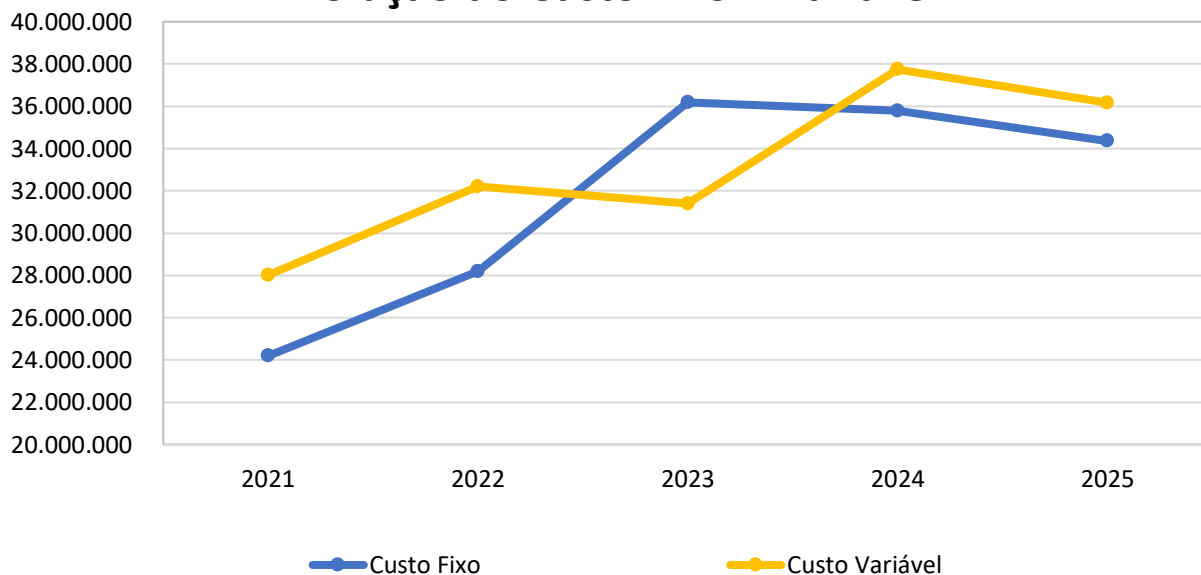
Comparativo Previsto x Realizado das Despesas

DESCRIÇÃO	DESPESAS	REALIZADO	Δ R\$	Δ %
CUSTO FIXO	R\$ 34.359.600	R\$ 34.356.349	R\$ 3.251	0,01%
Despesas com Pessoal	R\$ 11.761.148	R\$ 12.083.712	-R\$ 322.564	-2,67%
Despesas com Encargos	R\$ 930.598	R\$ 925.287	R\$ 5.311	0,57%
Benefícios Sociais	R\$ 3.086.465	R\$ 2.842.668	R\$ 243.796	8,58%
Máquinas e Veículos (peças, combustíveis, lubrificantes e licenciamento)	R\$ 5.197.175	R\$ 5.020.258	R\$ 176.918	3,52%
Manutenção de Infraestrutura	R\$ 7.908.358	R\$ 8.020.256	-R\$ 111.898	-1,40%
Despesas Administrativas	R\$ 3.382.494	R\$ 3.259.300	R\$ 123.193	3,78%
Investimentos	R\$ 2.093.362	R\$ 2.204.867	-R\$ 111.505	-5,06%
CUSTO VARIÁVEL	R\$ 36.168.506	R\$ 35.646.576	R\$ 521.930	1,46%
Energia Elétrica Consumida pelas EBP's	R\$ 10.950.395	R\$ 12.502.141	-R\$ 1.551.746	-12,41%
Energia Elétrica Consumida pelas EB's	R\$ 24.418.112	R\$ 22.344.435	R\$ 2.073.676	9,28%
Serviços de Outorga	R\$ 800.000	R\$ 800.000	R\$ 0	0,00%
TOTAL	R\$ 70.528.106	R\$ 70.002.925	R\$ 525.181	0,75%

Evolução de Previsões do Custo Fixo X Custo Variável

Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Custo Fixo	24.193.185	28.187.651	36.185.112	35.785.693	34.359.600
Custo Variável	28.017.014	32.204.384	31.394.348	37.741.655	36.168.506
Total	52.210.199	60.392.035	67.579.460	73.527.348	70.528.106

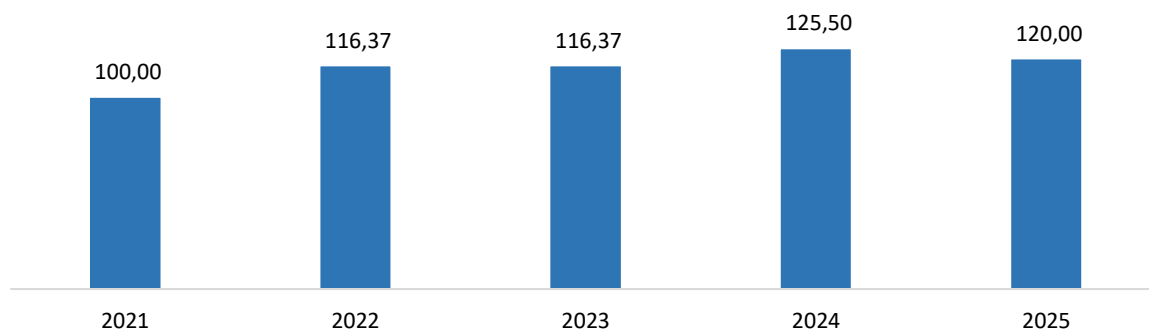
Evolução do Custo Fixo X Variável



Evolução de previsões do K2 Fico – 5 anos

Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Orçamento	24.193.185	28.187.651	36.185.112	35.785.693	34.359.600
Saldo de exercícios anteriores	-	-	3.641.519	-	-
Orçamento Final	24.193.185	28.187.651	32.543.593	35.785.693	34.359.600
Área Irrigável + Excedentes	268.059	268.390	309.868	315.954	317.263
K2 Fixo/ha	100,00	116,37	116,37	125,50	120,00
Análise de variação na evolução	-	16,37%	0,00%	7,84%	-4,38%

Evolução de previsões do K2 fixo - 5 Anos



Análise da Evolução do K2 Fixo

A evolução do K2 Fixo entre 2021 e 2025 demonstra crescimento até 2024, passando de **R\$100,00/ha para R\$125,50/ha**, seguido de redução em 2025 para **R\$120,00/ha (-4,38%)**, indicando ajuste no custo unitário. No período, observa-se aumento contínuo da área irrigável, contribuindo para a diluição parcial dos custos fixos.

Destaca-se, em 2023, o impacto do registro de saldo de exercícios anteriores, que influenciou o orçamento final. Já em 2024, houve o reconhecimento de **créditos tributários extemporâneos** no montante aproximado de R\$5,85 milhões, decorrentes de contribuições sociais recolhidas entre 2019 e 2021, com base na decisão do STF (ADI nº 4.480).

Esses créditos são passíveis de compensação via PER/DCOMP, atualizados pela SELIC, representando potencial recomposição de caixa para o DINC.

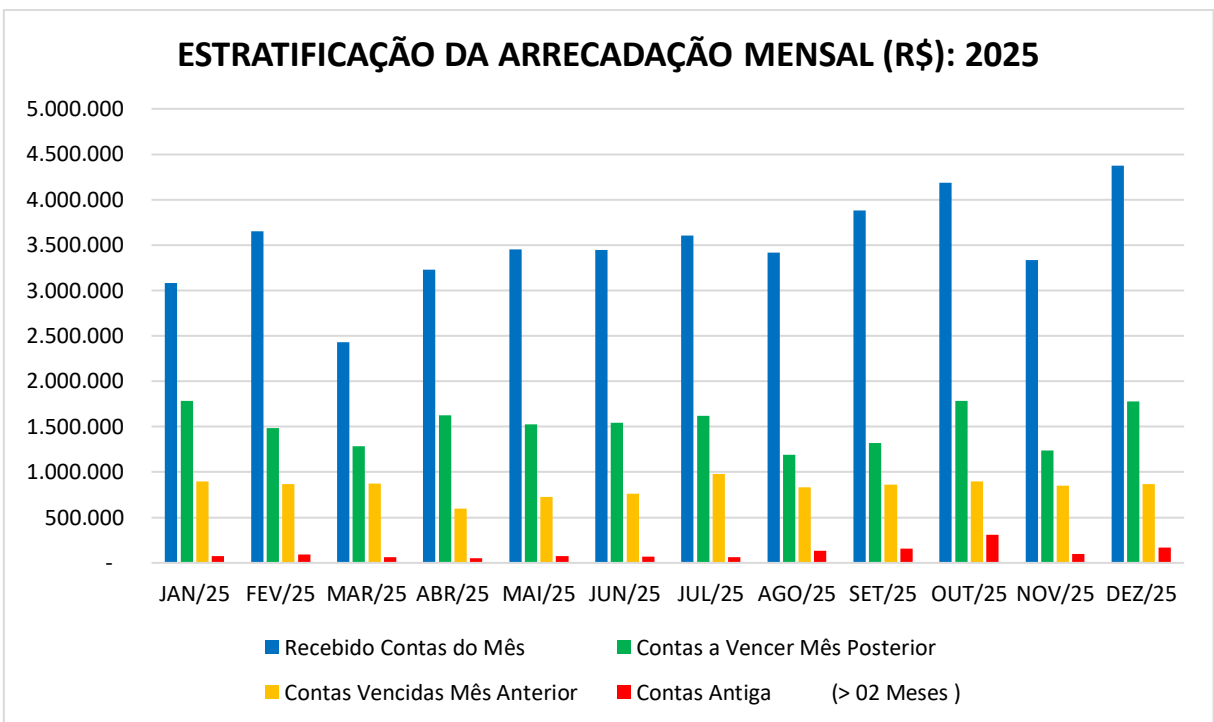
Assim, a redução do K2 em 2025 está associada a um movimento de reequilíbrio financeiro, influenciado tanto pela expansão da área quanto pelos efeitos positivos da recuperação de créditos tributários.

Evolução do faturamento/Arrecadação/Desembolso

MÊS	FATURADO	RECEBIDO TOTAL	ADIMPLÊNCIA	DESEMBOLSO TOTAL	INADIMPLÊNCIA BRUTA
JAN/25	6.080.061	5.830.702	95,9%	5.642.120	18,75%
FEV/25	6.598.147	6.095.152	92,4%	5.988.127	17,65%
MAR/25	4.744.597	4.647.866	98,0%	5.189.965	17,61%
ABR/25	5.513.184	5.501.068	99,8%	5.443.236	18,07%
MAI/25	6.127.090	5.781.783	94,4%	6.805.062	17,21%
JUN/25	6.256.673	5.817.900	93,0%	7.035.216	20,54%
JUL/25	6.296.979	6.265.135	99,5%	5.449.337	18,29%
AGO/25	6.260.281	5.576.565	89,1%	6.051.952	19,52%
SET/25	6.250.595	6.217.907	99,5%	7.788.547	18,88%
OUT/25	6.674.187	7.175.967	107,5%	7.073.924	17,48%
NOV/25	6.236.671	5.522.272	88,5%	6.056.660	17,99%
DEZ/25	7.136.919	7.188.127	100,7%	8.491.792	21,39%
TOTAL	74.175.384	71.620.445	96,5%	77.015.939	18,6%

MÊS	ARRECAÇÃO MENSAL								TOTAL RECEBIDO (R\$)
	Recebido Contas do Mês		Contas a Vencer Mês Posterior		Contas Vencidas Mês Anterior		Contas Antiga (> 02 Meses)		
	Valor (R\$)	(%)	Valor (R\$)	(%)	Valor (R\$)	(%)	Valor (R\$)	(%)	
JAN/25	3.081.905	52,9%	1.782.187	30,6%	894.375	15,3%	72.235	1,2%	5.830.702
FEV/25	3.651.574	59,9%	1.481.658	24,3%	869.794	14,3%	92.126	1,5%	6.095.152
MAR/25	2.427.379	52,2%	1.287.223	27,7%	872.273	18,8%	60.991	1,3%	4.647.866

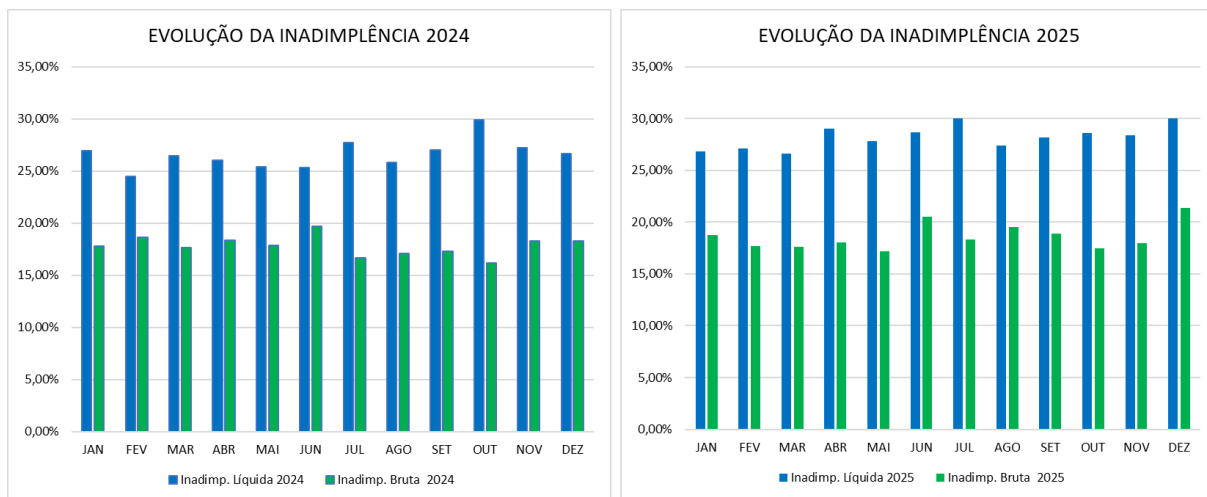
ABR/25	3.229.983	58,7%	1.622.669	29,5%	594.702	10,8%	53.714	1,0%	5.501.068
MAI/25	3.450.246	59,7%	1.527.234	26,4%	729.496	12,6%	74.807	1,3%	5.781.783
JUN/25	3.444.569	59,2%	1.541.950	26,5%	761.168	13,1%	70.213	1,2%	5.817.900
JUL/25	3.603.914	57,5%	1.619.701	25,9%	979.512	15,6%	62.008	1,0%	6.265.135
AGO/25	3.418.882	61,3%	1.189.802	21,3%	834.307	15,0%	133.574	2,4%	5.576.565
SET/25	3.880.496	62,4%	1.321.956	21,3%	860.079	13,8%	155.376	2,5%	6.217.907
OUT/25	4.185.769	58,3%	1.782.524	24,8%	899.386	12,5%	308.288	4,3%	7.175.967
NOV/25	3.332.081	60,3%	1.237.941	22,4%	852.493	15,4%	99.757	1,8%	5.522.272
DEZ/25	4.372.258	60,8%	1.777.638	24,7%	868.014	12,1%	170.218	2,4%	7.188.127
Média	3.506.588	58,8%	1.514.374	25,4%	834.633	14,0%	112.776	1,9%	5.968.370
Totais	42.079.055	58,8%	18.172.483	25,4%	10.015.600	14,0%	1.353.307	1,9%	71.620.445



Evolução da Inadimplência

Mês/Ano	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Média
Inadimp. Líquida 2024	26,91%	24,47%	26,42%	25,99%	25,40%	25,33%	27,74%	25,79%	27,01%	29,93%	27,19%	26,65%	26,57%
Inadimp. Bruta 2024	17,81%	18,64%	17,68%	18,33%	17,86%	19,69%	16,68%	17,09%	17,27%	16,16%	18,29%	18,29%	17,82%

Mês/Ano	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Média
Inadimp. Líquida 2025	26,84%	27,11%	26,62%	28,98%	27,84%	28,68%	30,03%	27,38%	28,18%	28,59%	28,37%	30,02%	28,22%
Inadimp. Bruta 2025	18,75%	17,65%	17,61%	18,07%	17,21%	20,54%	18,29%	19,52%	18,88%	17,48%	17,99%	21,39%	18,61%



Inadimplência Líquida corresponde ao percentual de contas emitidas no mês e não pagas até a data de vencimento;

Inadimplência Bruta corresponde ao percentual de contas emitidas no mês e não pagas até a emissão das contas vincendas.

Observação gerencial sobre a inadimplência (2024 x 2025)

Verifica-se um aumento relevante da inadimplência em 2025, tanto na líquida quanto na bruta:

- **Inadimplência líquida:**
 - 2024: 26,57%
 - 2025: 28,22% (+1,65 p.p.)
- **Inadimplência bruta:**
 - 2024: 17,82%
 - 2025: 18,61% (+0,79 p.p.)

Além disso, 2025 apresenta:

- Picos acima de 30% (jul e dez) na inadimplência líquida
- Maior volatilidade ao longo do ano, indicando instabilidade no fluxo de recebimento comparado a anos anteriores.

Esse aumento da inadimplência não está associado a queda produtiva, pelo contrário:

- A região atingiu cerca de R\$ 8,15 bilhões em valor bruto de produção em 2024, com crescimento de 43% em relação a 2023;
- O Vale continua sendo um dos maiores polos de fruticultura irrigada do mundo, com forte geração de renda e emprego.

Há crescimento econômico, mas com pressão financeira sobre os produtores. O comportamento da inadimplência em 2025 sugere:

- Custos elevados (insumos, energia, logística)
- Maior seletividade de crédito
- Fluxo de caixa pressionado mesmo com boa produção
- Dependência de mercado externo (variação de preços e câmbio)

Apesar do crescimento expressivo da produção agrícola no Vale do São Francisco, o ano de 2025 apresenta um cenário de pressão financeira sobre os produtores, refletido no aumento da inadimplência líquida e bruta.

A fruticultura irrigada do Vale do São Francisco, embora altamente dinâmica e intensiva em mão de obra, enfrenta desafios estruturais relacionados à disponibilidade e qualificação da força de trabalho, impactando diretamente os custos operacionais. Paralelamente, conforme destacado pela Abrafrutas, o ano de 2025 foi marcado por dificuldades no mercado internacional, incluindo aumento de tarifas, custos logísticos elevados, maior rigor sanitário e concentração de mercados. Apesar do crescimento recorde das exportações, esses fatores vêm comprimindo margens e dificultando a comercialização da produção, contribuindo para o aumento da pressão financeira sobre os produtores e refletindo no avanço dos níveis de inadimplência.

Fontes:

https://www.canalrural.com.br/agricultura/inadimplencia-atinge-83-da-populacao-rural-no-terceiro-trimestre-de-2025-diz-serasa-experian/?utm_source=chatgpt.com

https://www.codevasf.gov.br/noticias/2025/projetos-de-irrigacao-localizados-no-vale-do-sao-francisco-alcancam-r-8-15-bilhoes-em-valor-bruto-de-producao?utm_source=chatgpt.com



Indicadores econômico-financeiros e contábeis

O DINC apresenta sólida estrutura financeira, com bons níveis de liquidez e baixo endividamento, aliados ao crescimento da geração de caixa operacional em 2025. Contudo, observa-se aumento relevante na necessidade de capital de giro, impulsionado principalmente pela elevação das contas a receber e pelo alongamento dos prazos de recebimento, ao mesmo tempo em que há redução no prazo de pagamento a fornecedores.

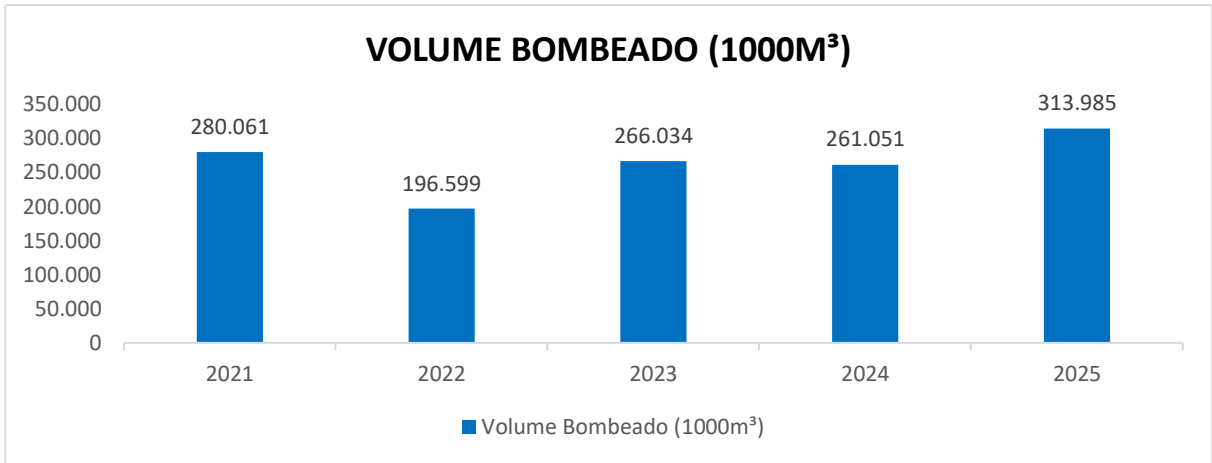
Esse movimento sinaliza uma maior atenção em relação ao ciclo financeiro por exigir maior consumo de caixa.

Adicionalmente, o desempenho das margens e do resultado foi significativamente impactado por eventos extraordinários, especialmente de natureza contábil, como o reconhecimento e baixa do ativo imobilizado já totalmente depreciado/baixado. De forma geral, o cenário indica uma organização financeiramente sólida, porém com pontos de atenção na gestão do capital de giro e da inadimplência.

LIQUIDEZ E SOLVÊNCIA					
ENDIVIDAMENTO	FUNDAMENTO	2024	2025	X	Δ
Endividamento Total	(PC + PNC)/(A-Contas a Rec. Prescrito)	23,1%	24,5%	24%	6%
LIQUIDEZ					
Liquidez Corrente	AC/PC	3,55	3,48	3,52	-2%
Liquidez Geral	(AC + RLP)/(PC + PNC)	4,32	4,08	4,20	-6%
Liquidez Seca	(AC - Estoques)/PC	3,33	3,28	3,30	-2%
GERAÇÃO POTENCIAL DE CAIXA					
EBITDA	FUNDAMENTO	2023	2024	X	Δ
LAIR		3.692.168	3.668.039	3.680.103	-1%
(+) Resultado Financeiro		219.949	2.174.375	1.197.162	889%
(=) EBIT		3.912.116	5.842.415	4.877.265	49%
(+) IR/CSLL					
(+) Depreciação		1.897.963	891.538	1.394.751	-53%
(+) Amortização		-	-	-	
(=) EBITDA		5.810.080	6.733.953	6.272.016	16%
GESTÃO DE CAIXA, FLEURIET E CICLOS					
NECESSIDADE DE CAPITAL DE GIRO	FUNDAMENTO	2023	2024	X	Δ
Contas a Receber	(Contas a Rec.-Contas a Rec. Prescrito)	5.144.642	8.860.707	7.002.675	72%
(+) Estoques		2.358.863	2.752.165	2.555.514	17%
(-) Fornecedores		2.342.075	3.775.519	3.058.797	61%
NCG		5.161.430	7.837.353	6.499.391	52%
MODELO FLEURIET					
Tesouraria	Disponibilidades - Empréstimos Curto Prazo	25.121.722	30.365.899	27.743.810	21%
NCG	ACO (AC-Disponib) - PCO (PC - Emprést. CP)	5.161.430	7.837.353	6.499.391	52%
CDG	(PL + PNC - Imobilizado)-Contas a Rec. Prescrito	26.940.713	33.095.946	30.018.330	23%
Saldo de Tesouraria	CDG-NCG	21.779.283	25.258.593	23.518.938	16%
ANÁLISE DOS CICLOS					
Prazo Médio de Recebimento - PMR	(Contas a Rec./Rec. Brut) x n	29 dias	31 dias	30 dias	5%
Prazo Médio de Estocagem - PME	(Estoques/CPV) x n	18 dias	17 dias	17 dias	-5%
CICLO OPERACIONAL	PMR + PME	47 dias	48 dias	47 dias	1%
Prazo Médio de Pagamento - PMP	(Fornecedores /CPV) x n	19 dias	15 dias	17 dias	-22%
Ciclo Financeiro		30 dias	33 dias	32 dias	9%
GESTÃO DAS MARGENS					
Resultado Operacional Bruto		17.034.595	19.328.252	18.181.424	13%
Resultado do Exercício		3.692.168	3.668.039	3.680.103	-1%
Margem Líquida	EBIT/Receita Líquida	106%	159%	133%	50%
Margem EBITDA	EBITDA/Receita Líquida	157%	184%	170%	17%

DESEMPENHO OPERATIVO

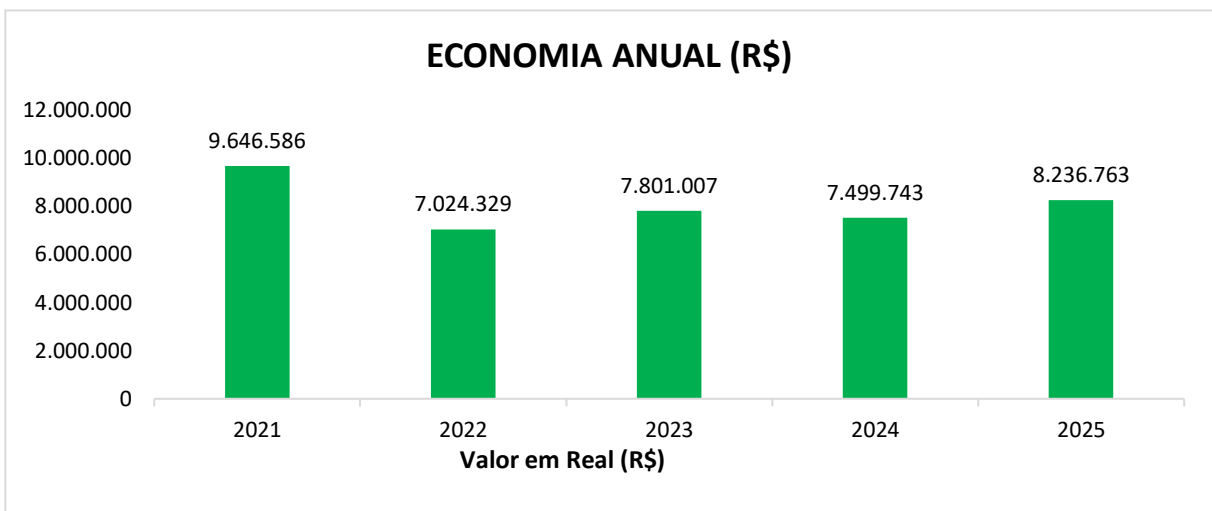
Evolução do volume bombeado



Custo variável médio do Perímetro

DESCRIÇÃO	UNIDADE	2021	2022	2023	2024	2025
CAPTADO	Milhões m ³	280.061	196.599	266.034	261.051	313.985
CONSUMIDO	Milhões kWh	88.092	68.884	91.981	83.145	102.246
CUSTO ENERGIA	Milhões R\$	30.167	22.684	33.681	30.707	34.896
HORÁRIO RESERVADO	%	35	33	53	50	46
ECONOMIA	R\$	9.646.586	7.024.329	7.801.007	7.499.743	8.236.762
EF. ENERGÉTICA	kWh h/1000m ³	290	312	393	317	318
CUSTO MÉDIO	R\$/1000m ³	107,71	112,65	126,60	119,73	108,38

Economia pelo uso do horário reservado

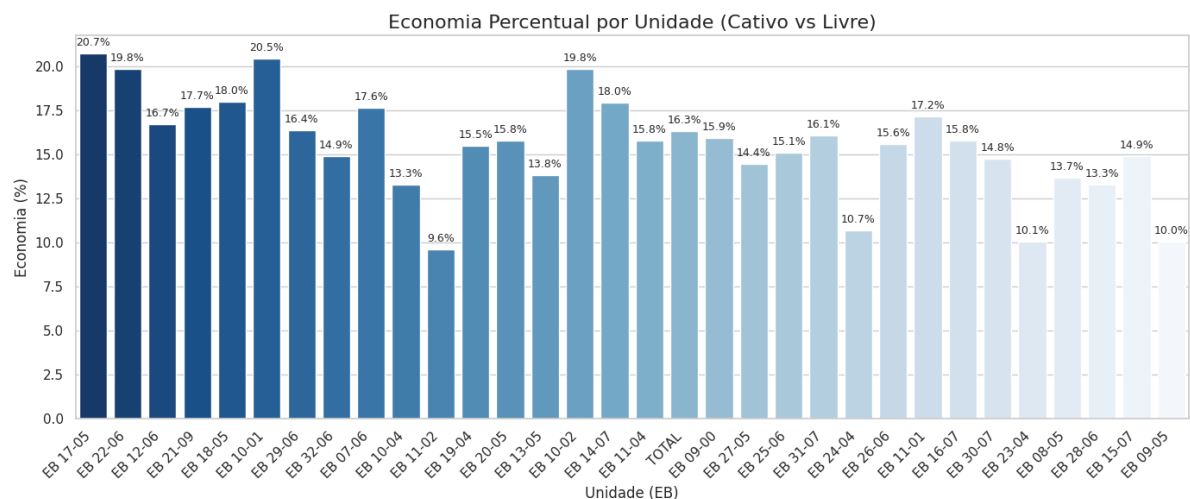
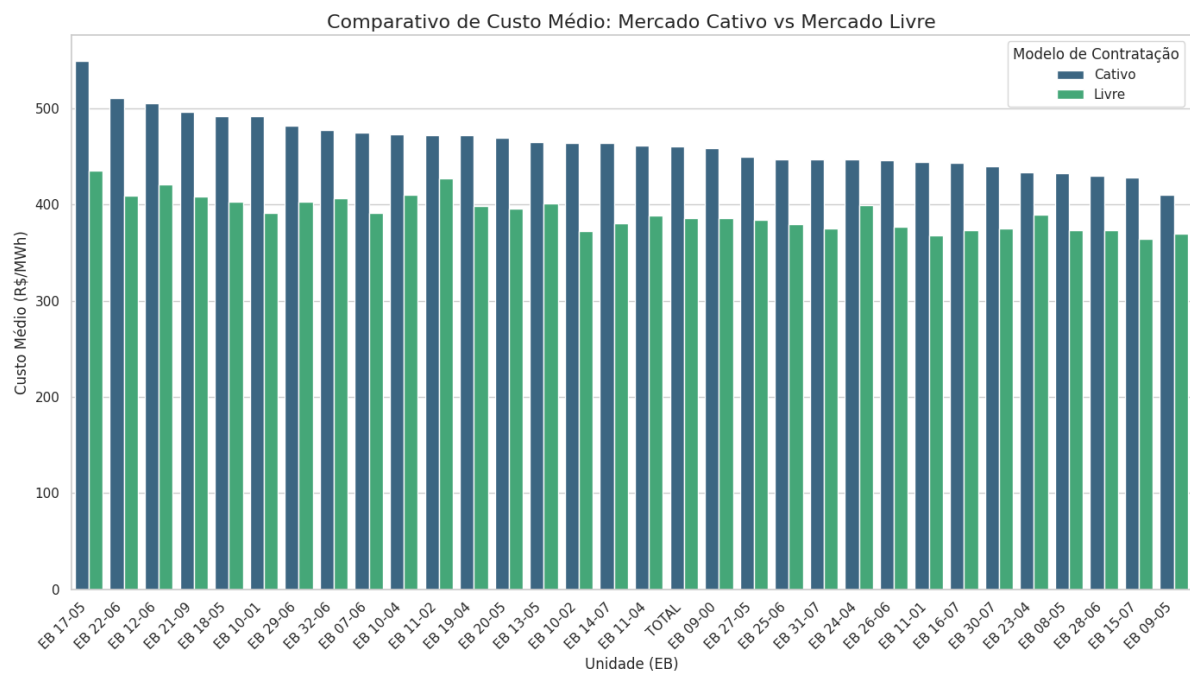


Histórico de Custos e Consumo 2025

Considerando todas as Estações de Bombeamento (EB's) do projeto, houve redução do custo médio de energia de R\$ 378,25/MWh para R\$ 341,30/MWh, representando uma diminuição de 9,77%.

Para as 31 unidades atualmente inseridas no mercado livre, após negociações com a Eletron Energy², foi possível ampliar a flexibilidade de consumo abaixo do volume de energia contratado, proporcionando maior previsibilidade operacional e ganhos em eficiência energética.

A tarifa média dessas unidades no mercado livre foi de R\$ 387,24/MWh, em comparação a R\$ 484,27/MWh que seria praticada no mercado cativo.



² Empresa contratada para fornecer energia no Mercado Livre.

No ano de 2025, essa estratégia resultou em uma economia total de R\$ 4.970.330,63, equivalente a uma redução de 20,03%.

Por fim, foi ampliando o sistema fotovoltaico da sede do DINC, geração 100 % para atendimento consumo energia dos prédios que compõem o completo administrativo da Sede do DINC.

DESEMPENHO DA MANUTENÇÃO

Evolução da Aplicação dos Recursos de Infraestrutura

Descrição - Relatório Orçamento Por Atividade (Orçadinc)		2025 (Previsto)	Índice de Representatividade	Realizado 7.0 a 10.0
Despesas Com Manutenção		19.507.096	(%)	R\$
Sistema de Captação (EBP)	1.183.550	6,1%	26.336.093	
Sistema de Condução e Distribuição	4.884.926	25,0%		
Sistema de Adução	5.389.145	27,6%		
Sistema de Pressurização (EB's)	3.478.789	17,8%		
Sistema de Drenagem	2.081.094	10,7%		
Sistema Viário	2.489.592	12,8%		
TOTAIS	19.507.096	100%		

Descrição - Realizado Controle		2025 (Realizado)	Rateio com Base % - Rel. Orç. Ativ.	Sistema S + Despesas (7 ao 10)
Sistema de Captação (EBP)	808.316	1.597.885	2.406.201	
Sistema de Condução e Distribuição	932.980	6.595.029	7.528.009	
Sistema de Adução	3.090.576	7.275.764	10.366.340	
Sistema de Pressurização (EB's)	2.354.979	4.696.635	7.051.614	
Sistema de Drenagem	192.352	2.809.638	3.001.991	
Sistema Viário	641.053	3.361.142	4.002.195	
Máquinas e Veículos	5.020.258	26.336.093,0	34.356.348,7	
Despesas Com Pessoal	15.851.668	-	-	
Outras Despesas Administrativas	723.197			
Serviços de Terceiros	2.438.099			
Energia Elétrica - Sede	98.004			
Investimentos	2.204.867			
TOTAIS	34.356.349			

Descrição	2025
INPC atualizado até dez/25	3,90%
Valor de atualização	1.339.166
Despesas Com Manutenção Atualizada	35.695.515

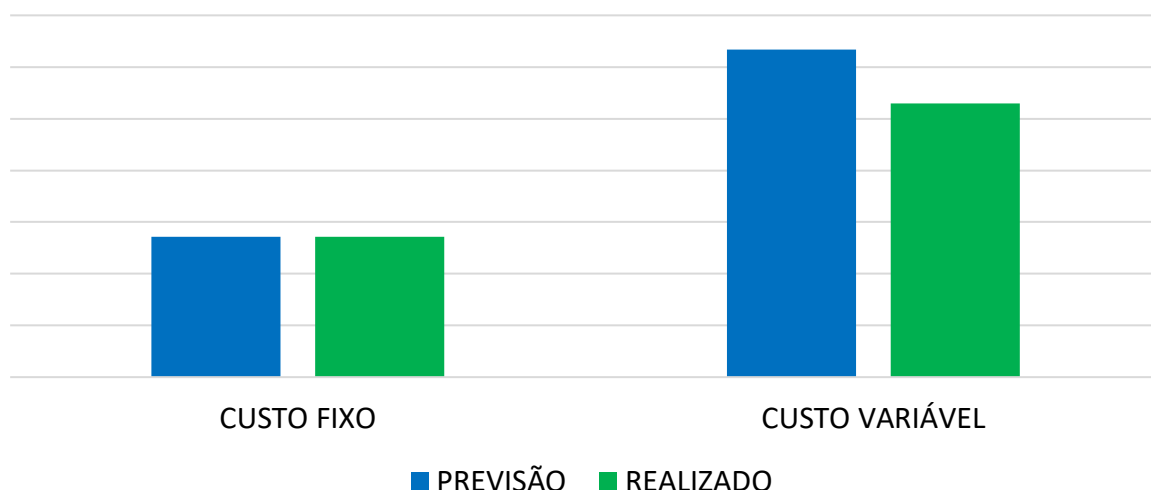
Nota¹: As despesas com manutenção englobam as contas de despesas com máquinas, veículos pesados, e implementos, que por um critério de classificação contábil são alocados em conta própria, porém, são despesas vinculadas às atividades de manutenção de estrada e sistema de drenagem na sua grande maioria.

Nota²: As despesas com mão de obra na totalidade de R\$ 15.778.211, conforme obrigatoriedade da legislação contábil, são classificadas em contas próprias, no entanto, a manutenção e operação, representam aproximadamente, 70% da mão de obra geral, alocada, exclusivamente para as atividades de manutenção e operação.

Comparativo Previsto x Realizado das Despesas

DESCRIÇÃO	PREVISÃO	REALIZADO	Δ R\$	Δ %
CUSTO FIXO	R\$ 34.359.600	R\$ 34.356.349	R\$ 3.251,18	0,01%
CUSTO VARIÁVEL	R\$ 36.168.506	R\$ 35.646.576	R\$ 521.930,26	1,44%
TOTAL	R\$ 70.528.106,06	R\$ 70.002.924,62	R\$ 525.181,44	0,74%

Comparativo Previsto x Realizado Despesas - 2025



Manutenção da infraestrutura de uso comum

As atividades de manutenção e operação realizadas, por exemplo, em estradas, incluem tratamento de base, regularização e roçagem. Em canais, as atividades englobam a recuperação de placas e juntas, bem como a limpeza interna e externa.

Outras atividades realizadas com mão de obra terceirizada, como, implementação de estações meteorológicas, sistema de monitoramento e controle, melhoria nos sistemas de automação, realização de testes para limpeza dos reservatórios, entre outros.

DESCRIPTIVO DAS ATIVIDADES/DESPESAS FIXAS	TOTAL REALIZADO (R\$)
SISTEMA DE CAPTAÇÃO (EBP's)	808.316
Tomada D'água	127.758
Pátio das Bombas	360.308
Casa de Comando	178.718
Manutenção Predial	15.737
Subestação	125.794
SISTEMA DE CONDUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO	932.980
Canal Principal	710.700
Canais Secundários	222.280
SISTEMA DE ADUÇÃO	3.090.576
Tubulação	2.478.731
Ventosa	131.945
Registro	143.984
Cavaletes	45.786
Hidrômetros	240.262
Tomadas	49.867
SISTEMA DE PRESSURIZAÇÃO (EB SEC)	2.354.979
Poço de Sucção	697
Pátio das Bombas	571.513
Casa de Comando	686.343
Manutenção Predial	13.542
Subestação	219.887
Complexo de Comunicação e Rádios e Automação	738.310
Reservatório	124.686
SISTEMA DE DRENAGEM	192.352
Drenos Coletores	192.352
SISTEMA VIÁRIO	641.053
Estradas - Tratamento de Base	364.055
Jazidas	276.998
MÁQUINAS E VEÍCULOS	5.020.258
COMBUSTÍVEL	2.452.861
Gasolina	622.219
Diesel	1.830.642
CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	2.481.383
Conservação e Manutenção de Veículos	2.384.812
Manutenção de Implementos e Equipamentos	76.490
Manutenção de Equipamentos Industriais	20.081
LICENCIAMENTO E SEGUROS DE VEÍCULOS	86.014
Emplacamento, Seguro Obrigatório	86.014
MATERIAIS / FERRAMENTAS DE MANUTENÇÃO	47.892
Ferramentas	47.892
TOTAL DAS DESPESAS	13.088.406

1. Contratação Terceirizada

Contrato nº 005/2025 - MJ TECH SOLUÇÕES EM ENGENHARIA LTDA – CNPJ: 23.723.145/0001-16

Tipo do Serviço: O objeto do presente contrato visa a prestação de serviços de mão de obra para recuperação de placas de canais, com reforço em pedra argamassa, recomposição de aterro e revestimento de placa.

Valor Contrato: R\$ 49.507,50

Local: Trechos de canais do Projeto Irrigado Senador Nilo Coelho

Status: Concluído

Contrato nº 006/2025 - SOS MAQUINAS NE LTDA – CNPJ: 21.928.359/0001-01

Tipo do Serviço: O objeto do presente contrato visa a recuperação de óleo isolante em transformadores de potência.

Valor Total Contratado: R\$ 67.517,97

Local: Estação principal (EBP NC E MT) e Estações Secundárias (EB-07,10,13,16,17,22,25,28,30, 31,35 E 39) do Projeto Irrigado Senador Nilo Coelho

Status: Concluído



Contrato nº 007/2025 - Empresa Contratada: ELETRIZA MANUTENÇÕES ELETRICAS LTDA – CNPJ: 22.297.020/0001-09

Tipo do Serviço: O objeto do presente contrato visa a manutenção preventiva no transformador 02T2 de potência de 10 MVA da estação bombeamento principal.

Valor Total Contratado: R\$ 85.000,00

Local: Estação de Bombeamento Principal Nilo Coelho

Status: Concluído



Contrato nº 008/2025 - Empresa Contratada: VENAMAQ – VENANCIO LOCADORA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA – CNPJ: 03.071.324/0001-09

Tipo do Serviço: objeto do presente contrato visa o serviço de desassoreamento de drenos com a utilização de uma escavadeira hidráulica com concha de limpeza dreno nos trechos do Perímetro Senador Nilo Coelho.

Valor Total Contratado: R\$ 144.500,10

Local: Nos trechos dos núcleos habitacionais 07, 10 e 11.

Status: Concluído



Contrato nº 009/2025 - Empresa Contratada: CELA CLEAN ENERGY LATIN AMERICA LTDA – CNPJ: 10.487.208/0001-30

Tipo do Serviço: O objeto do presente contrato visa a prestação de serviço de Estudo para avaliar oportunidades de redução dos gastos com energia

Valor Total Contratado: R\$ 95.000,00

Local: Sede administrativa do DINC

Status: Concluído

Contrato nº 010/2025 - Empresa Contratada: ELETROVASF ELETROTECNICA VALE DO SÃO FRANCISCO LTDA – CNPJ: 10.619.823/0001-53

Tipo do Serviço: O objeto do presente contrato visa o estudo de proteção, parametrização de relés e comissionamento de disjuntores de média tensão nas estações secundárias 06, 07, 35 e 38 do DINC.

Valor Total Contratado: R\$ 30.000,00

Local: Estações secundárias 06, 07, 35 e 38 do DINC.

Status: Concluído



Contrato nº 011/2025 - Empresa Contratada: A.C.L ENGENHARIA LTDA – CNPJ: 22.237.221/0001-10

Tipo do Serviço: O objeto do presente contrato visa a prestação de serviços de mão de obra para recuperação de placas dos canais do Projeto Irrigado Senador Nilo Coelho.

Valor Total Contratado: R\$ 47.484,00

Local: Trechos de canais do Projeto Irrigado Senador Nilo Coelho

Status: Concluído



Contrato nº 012/2025 - Empresa Contratada: VEGA COMÉRCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA – CNPJ: 38.386.772/0001-86

Tipo do Serviço: O objeto do presente contrato visa a prestação de serviço de fornecimento, instalação, comissionamento, entrada em operação e emissão de laudo civil-estrutural referente expansão do sistema de geração solar fotovoltaica da sede administrativa, incluindo a limpeza dos módulos solares do sistema de geração distribuída existente.

Valor Total Contratado: R\$ 79.390,00

Local: Sede administrativa do DINC

Status: Concluído



Contrato nº 014/2025 - Empresa Contratada: BENILTON GOMES DA SILVA ELETRICIDADE LTDA – CNPJ: 21.741.472/0001-75

Tipo do Serviço: O objeto do presente contrato visa a prestação de serviço de fixação de painéis solares no telhado do centro de manutenção do dinc e aquisição de novos painéis fotovoltaicos.

Valor Total Contratado: R\$ 31.980,00

Local: Sede administrativa do DINC

Status: Concluído

Contrato nº 015/2025 - Empresa Contratada: 61.824.880 LUCAS DE MOURA COSTA – CNPJ: 61.824.880/0001-05

Tipo do Serviço: O objeto do presente contrato visa a prestação de serviços de consultoria e desenvolvimento do software orça-DINC.

Valor Total Contratado: R\$ 3.116,00

Local: Sede administrativa do DINC

Status: Concluído

Contrato nº 017/2025 - Empresa Contratada: A.L.F TERRAPLENAGEM LTDA

Tipo do Serviço: O objeto do presente contrato visa a prestação de serviços de Terraplenagem para Elevação do Greide da Estrada no N-04.

Valor Total Contratado: R\$ 225.840,00

Local: Trecho da estrada do Núcleo Habitacional 04, nas proximidades do lote 1568.

Status: Concluído



Contrato nº 019/2025 – A.C.I ENGENHARIA LTDA – CNPJ: 22.237.221/0001-10

Tipo do Serviço: O objeto do presente contrato visa a prestação de serviços de CONSTRUÇÃO DE GUARITA (MÃO DE OBRA).

Valor Total Contratado: R\$ 62.857,03

Local: Sede administrativa do DINC

Status: Em andamento.

Contrato nº 020/2025 – INOXTEC ESTRUTURAS METALICAS E MONTAGEM INDUSTRIAL LTDA – CNPJ: 21.657.552/0001-47

Tipo do Serviço: Serviço de Implantação de linha de vida na torre de comunicação da sede administrativa do Perímetro de Irrigação Senador Nilo Coelho.

Valor Total Contratado: R\$ 21.950,06

Local: Sede administrativa do DINC

Status: Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1.1 Balanço Patrimonial – 31 de dezembro de 2025 (R\$)

	2025		2025
ATIVO	56.208.598,58	PASSIVO	56.208.598,58
CIRCULANTE	46.428.149,54	CIRCULANTE	13.325.099,72
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12.030.867,73	FORNECEDORES	3.775.518,77
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA PONTAL	4.805.528,34	FORNECEDORES	1.578.836,82
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	13.529.502,44	FORNECEDORES ENERGIA / TELEFONE / ÁGUA	2.196.681,95
DIREITOS REALIZÁVEIS	10.040.333,43	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	186.176,51
CONTAS A RECEBER ÁGUA K-2	13.543.149,07	IMPOSTOS A RECOLHER	186.176,51
CONTAS A RECEBER ÁGUA K-2 PONTAL	1.039.409,26		
(-) PROVISÃO P/CREDITO DE LIQ. DUVIDOSA-PCLD	(6.696.685,75)	OBRIGAÇÕES SOCIAIS	524.123,70
NEGOCIAÇÕES DÉBITO PRODUTORES	974.834,47	OBRIGAÇÕES A RECOLHER	524.123,70
ADIANTAMENTO A COLABORADORES	141.853,31		
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	967.902,84	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	5.644,53
ADIANTAMENTO A CONVÊNIO SEBRAE	69.870,23	ORDENADOS E SALÁRIOS A PAGAR	5.644,53
TRIBUTOS A RECUPERAR	3.269.753,07		
FGTS A RECUPERAR	13.788,57	CONTAS A PAGAR	3.741.270,45
INSS FOLHA A RECUPERAR	3.143.199,95	OUTRAS CONTAS A PAGAR	38.047,48
PIS FOLHA A RECUPERAR	112.764,55	ADIANTAMENTO DE PRODUTORES	2.640.405,72
		PONTAL-SUBVENCAO GOV. A APROPRIAR	1.062.817,25
ESTOQUES	2.752.164,53		
ESTOQUE PARA USO E CONSUMO	2.752.164,53	PROVISÕES	5.092.365,76
		PROVISÕES TRABALHISTAS	1.779.540,50
NÃO CIRCULANTE	9.780.449,04	OUTRAS PROVISÕES	3.312.825,26
IMOBILIZADO	9.719.756,76		
BENS IMOBILIZADOS	21.558.404,47	NÃO CIRCULANTE	156.276,00
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA	(11.838.647,71)	PROVISÕES JUDICIAIS	156.276,00
		PROVISÕES JUDICIAIS CIVEIS	156.276,00
INTANGÍVEL	60.692,28		
SOFTWARES	458.990,73	PATRIMÔNIO SOCIAL	42.727.222,86
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(401.348,45)	SUPERÁVIT ACUMULADO	35.283.904,67
MARCAS E PATENTES	3.050,00	FUNDO DE RESERVA	3.836.997,80
		SALDO A DISPOSIÇÃO AGO	3.606.320,39

1.2 DRE – Demonstração do Resultado do Exercício – 31 de dezembro de 2025 (R\$)

	2025
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	83.503.441,14
FORNECIMENTO DE ÁGUA K-2	75.465.132,17
FORNECIMENTO DE ÁGUA K-2 PONTAL	8.038.308,97
CUSTO DOS FORNECIMENTOS	(64.175.297,15)
ENERGIA	(35.021.871,03)
OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	(26.808.763,62)
OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO PONTAL	(1.528.908,30)
DIREITO DE RECURSOS HÍDRICOS	(815.754,20)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	19.328.143,99
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	302.092,87
TAXAS DE RELIGAÇÃO	105.308,41
ÁGUA DE TERCEIROS	25.805,61
RECUPERAÇÕES DE DESPESAS	170.978,85
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	(18.683.059,23)
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	(11.158.754,65)
DESPESAS ADMINISTRAÇÃO PONTAL	(1.025.208,97)
ENERGIA ADMINISTRAÇÃO	(98.003,71)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	(565.241,51)
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(2.683.002,06)
PROVISÕES TRABALHISTAS	(1.914.122,38)
PERDAS BAIXA DE IMOBILIZADO	(1.209.231,50)
CONTINGÊNCIAS CÍVEIS	(29.494,45)
RESULTADO FINANCEIRO	2.181.452,08
RECEITAS FINANCEIRAS	4.997.294,01
DESPESAS FINANCEIRAS	(2.815.841,93)
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO	3.128.629,71
RESULTADOS DE OUTRAS RECEITAS	878.392,95
GANHO BAIXA DE IMOBILIZADO	196.600,00
OUTRAS RECEITAS	681.792,95
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO EM ANDAMENTO	4.007.022,66
DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO	(400.702,27)
DESTINAÇÃO PARA FUNDO DE RESERVA	(400.702,27)
SUPERÁVIT A DISPOSIÇÃO DA AGO.	3.606.320,39

1.3 DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (em R\$)

Patrimônio	Fundo de Reserva	Superávit /Deficit Acumulado	Superávit a Disposição da AGO	Total
Saldo em 31.12.2023	3.000.542	22.365.563	1.157.606	26.523.711
Ajustes de Exerc. Anteriores	-	7.838.955	-	7.838.955
Transferência entre Contas	-	1.157.606	(1.157.606)	-
Superávit do Exercício	-	-	4.357.534	4.357.534
Destinação Estatutária	435.753	-	(435.753)	-
Saldo em 31.12.2024	3.436.295	31.362.124	3.921.780	38.720.200
Ajustes de Exerc. Anteriores	-	-	-	-
Transferência entre Contas	-	3.921.780	(3.921.780)	-
Superávit do Exercício	-	-	4.007.023	4.007.023
Destinação Estatutária	400.702	-	(400.702)	-
Saldo em 31.12.2025	3.836.998	35.283.905	3.606.320	42.727.223

1.4 Faturamento

MÊS/ANO	FATURAMENTO
JANEIRO/2025	R\$ 6.620.003,59
FEVEREIRO/2025	R\$ 4.763.419,36
MARÇO/2025	R\$ 5.534.168,11
ABRIL/2025	R\$ 6.150.121,12
MAIO/2025	R\$ 6.278.584,34
JUNHO/2025	R\$ 6.317.150,28
JULHO/2025	R\$ 6.295.556,13
AGOSTO/2025	R\$ 6.284.593,55
SETEMBRO/2025	R\$ 6.692.611,21
OUTUBRO/2025	R\$ 6.265.848,21
NOVEMBRO/2025	R\$ 7.162.835,16
DEZEMBRO/2025	R\$ 7.100.241,11
TOTAL	R\$ 75.465.132,17

1.5 Notas Explicativas

1. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**1.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis do Distrito de Irrigação do Perímetro Senador Nilo Coelho foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis às pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1), em especial a ITG 2002 (R1) – Entidades Sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC Nº 1409, de 27 de setembro de 2012.

1.2. Aprovação das Demonstrações Contábeis

A administração do Distrito de Irrigação do Perímetro Senador Nilo Coelho aprovou a emissão destas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em 10 de abril de 2026.

1.3. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional do Distrito de Irrigação do Perímetro Senador Nilo Coelho.

1.4. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base de valor no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

1.5. Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Associação no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatos e atos contábeis, em fatores objetivos e subjetivos. Itens sujeitos a estas estimativas e premissas incluem análise dos riscos para determinação de provisões.

As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis são a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a vida útil, o valor residual e recuperável dos bens do ativo imobilizado e a provisão para contingências.

A liquidação e recebimentos dessas transações envolvendo estas estimativas poderão resultar em valores relevantemente divergentes, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Nesse caso, a Contabilidade da Associação monitora e revisa periódica e tempestivamente essas estimativas e suas premissas de maneira a controlar as contas contábeis de provisões.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias.

As receitas de serviços auferidas referem-se ao valor cobrado dos associados, pequenos, médios e grandes produtores, relacionada com a atividade principal da Associação. Essa receita é formada pelo custo fixo, definido em orçamento, destinado à manutenção e operação do Projeto, e pelo custo variável, rateado com base no volume fornecido de água do produtor, oriundo das faturas de energia, sendo cobrado de acordo com a tarifa de água consumida de cada lote.

2.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Estão representados pelos fundos fixos de caixa, depósitos bancários à vista e pelas aplicações financeiras de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias. As aplicações financeiras de liquidez imediata estão demonstradas pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do período base.

2.3. Aplicações financeiras

Estão demonstradas pelo valor de aplicação acrescida dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do período base.

2.4. Contas a receber de clientes

Estão apresentados pelos valores efetivamente faturados, decorrentes do serviço de fornecimento de água e manutenção na infraestrutura no projeto de irrigação.

O saldo de Clientes é reconhecido pelo valor justo e deduzido das perdas estimadas para créditos com liquidação duvidosa, que foi constituída em montante considerado suficiente pela administração da Associação para cobrir eventuais perdas nas realizações dos valores a receber.

2.5. Estoque para uso e consumo

Está representado principalmente por materiais de manutenção e conserto e avaliado ao custo médio de aquisição, inferior aos custos de reposição. Uma perda no valor recuperável de estoques é registrada nas seguintes situações: quando o valor do estoque excede o valor de realização ou quando os estoques sofrem deterioração significativa.

2.6. Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, perda por deterioração. A depreciação é calculada de maneira linear com base na vida útil econômica estimada dos bens, com a aplicação das taxas indicadas na Nota Explicativa Nº10.

2.7. Intangível

O saldo registrado é composto por gastos com softwares e licenças de uso, referente ao sistema operacional da Associação, que estão avaliados ao valor de custo de aquisição, deduzido da amortização calculada de maneira linear com base nas taxas de 20% e 2% ao ano, respectivamente.

2.8. Demais ativos

Os demais ativos estão apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidas.

2.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo por base as melhores estimativas no momento do encerramento das demonstrações contábeis.

2.10. Passivos circulantes e não circulantes

Todos os passivos são registrados pelos valores conhecidos ou estimados e, quando aplicável, atualizados *pro rata die*, até a data de encerramento das demonstrações contábeis, com base nos indicadores e encargos pactuados.

2.11. Obrigações tributárias

Por ser uma Entidade sem fins lucrativos, o DINC está isento do recolhimento do imposto de renda e da contribuição social, conforme disposto no Art. 15 da Lei nº 9.532/97, desde que atenda aos requisitos previstos nas alíneas "a" a "h", do §º, do artigo 12 da citada Lei.

Conforme o Art. 13 da Medida Provisória (MP) nº 2158-35 de 2001, as Entidades sem fins lucrativos que tenham empregados, tal como definidos pela Legislação Trabalhista, contribuirão para o PIS com uma cota fixa de 1% incidente sobre a folha de pagamento mensal. Tais Entidades são isentas de PIS sobre receitas nos termos do § 1º, do artigo 14 da MP nº 2158-35/01, desde que preencham os requisitos previstos no artigo 12 da Lei nº 9532/97. No que diz respeito à COFINS, o inciso X, do artigo 14 da MP nº 2158-35 de 2001 determina a não incidência sobre as receitas das instituições sem fins lucrativos. Também nesse caso, o gozo da isenção depende do preenchimento dos requisitos previstos no artigo 12 da Lei nº 9532/97

O DINC vem cumprindo com os requisitos previstos na Lei nº 9532/97 para o gozo das isenções mencionadas.

2.12. Patrimônio Líquido

É demonstrado pelos valores históricos dos resultados dos exercícios anteriores acumulados, acrescidos do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Bancos conta movimento	723.788	670.117
Aplicações financeiras de liquidez imediata	19.509.881	15.570.047
Total	<u>20.233.669</u>	<u>16.240.164</u>

Composição de caixa e equivalentes de caixa:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Distrito de Irrigação Nilo Coelho		
Bancos Conta Movimento	723.788	670.117
Distrito de Irrigação Nilo Coelho		
Aplicações financeiras de liquidez imediata		
Banco do Brasil S.A. C/C 18.269-9 CDB DI	3.162.972	1.392.278
Banco Itaú S.A. C/C - 59.383-1	8.144.107	14.177.769
Caixa Econômica Federal C/C 5772325775	3.397.273	-
	<u>14.704.352</u>	<u>15.570.047</u>
Projeto Público de Irrigação Pontal Sul		
Aplicações financeiras de liquidez imediata		
Banco do Brasil S.A. 145-7	4.805.529	-
	<u>4.805.529</u>	<u>15.570.047</u>
Total	<u>20.233.669</u>	<u>15.570.047</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata estão lastreadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB), que têm vencimento de 5 anos e são utilizadas para pagamentos diários.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

		<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Distrito de Irrigação Nilo Coelho			
Banco do Brasil S.A. - C/C 81.446-6 CDB DI	(1)	2.634.572	3.022.447
Banco do Brasil S.A. - C/C 84184-6 CDB DI	(2)	1.241.167	307.543
Banco Itaú S.A. - C/C 60.502-3	(1)	5.788.697	5.073.351
Banco do Brasil S.A. - C/C 96.631-2	(3)	467.794	478.217
Total		<u>10.132.230</u>	<u>8.881.558</u>

As aplicações financeiras se caracterizam por Aplicações automáticas e por fundos de reservas com finalidades específicas de utilização, sendo:

- (1) Fundo de reserva próprio para serviços ou produtos que não estejam contempladas em orçamento e que seja aprovado pelo Conselho de Administração do DINC;
- (2) Fundo de reserva próprio para pagamento do FGTS rescisório dos funcionários demitidos;
- (3) Aplicações destinadas a pagamento de custas e processos judiciais.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

		<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Distrito de Irrigação Nilo Coelho			
Água produtores - K2		13.543.149	11.996.484
Negociações com produtores		974.835	682.396
		<u>14.517.984</u>	<u>12.678.880</u>
Projeto Público de Irrigação Pontal Sul			
Água produtores - K2		1.039.409	-
		<u>1.039.409</u>	<u>-</u>
Subtotal		<u>15.557.393</u>	<u>12.678.880</u>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(6.696.686)	(6.851.842)
Total		<u>8.860.707</u>	<u>5.827.038</u>

- (1) O DINC considera para fins de cálculo e constituição da Provisão Para Crédito de Liquidez Duvidosa os produtores que possuam a partir de 24 faturas pendentes de pagamento por lote.

Composição dos valores de Contas a Receber – Água de Produtores (K2) e das negociações com produtores do Distrito de Irrigação Nilo Coelho, referentes à renegociação de títulos vencidos, bem como dos valores de Contas a Receber – Água de Produtores (K2) do Projeto Público de Irrigação Pontal Sul, segregados por faixa de vencimento:

		<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Distrito de Irrigação Nilo Coelho			
A vencer		<u>5.928.646</u>	<u>4.568.500</u>
Vencidos:			
- Até 30 dias		1.324.283	986.854
- De 31 a 60 dias		89.992	91.404
- De 61 a 90 dias		20.351	-
- De 91 a 180 dias		322.354	90.230

- Mais de 180 dias	6.832.358	6.941.892
Total vencidos	<u>8.589.338</u>	<u>8.110.380</u>
Total	<u>14.517.984</u>	<u>12.678.880</u>

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Projeto Público de Irrigação Pontal Sul		
A vencer Pontal	<u>681.818</u>	<u>-</u>
Vencidos:		
- Até 30 dias	186.557	-
- De 31 a 60 dias	36.913	-
- De 61 a 90 dias	-	-
- De 91 a 180 dias	109.252	-
- Mais de 180 dias	24.869	-
Total vencidos	<u>357.591</u>	<u>-</u>
Total	<u>1.039.409</u>	<u>-</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada conforme segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldos iniciais em 1º de janeiro de 2025 e 2024	(6.851.842)	(6.568.860)
Provisão no exercício	(204.685)	(282.982)
Reversão no exercício	359.841	-
Saldos finais em 31 de dezembro de 2025 e 2024	<u>(6.696.686)</u>	<u>(6.851.842)</u>

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

		<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
INSS folha a recuperar	(a)	3.143.200	5.864.982
PIS folha a recuperar	(a)	112.765	217.977
IRRF		-	152
Outros		13.788	13.788
Subtotal		<u>3.269.753</u>	<u>6.096.899</u>

(a) Refere-se aos Créditos Extemporâneos relativos ao INSS Sobre Folha a Recuperar e PIS Sobre Folha a Recuperar. Vide Nota Explicativa No 25.

A movimentação do período dos Impostos a Recuperar está demonstrada conforme segue:

		<u>INSS Sobre Folha a Recuperar</u>	<u>PIS Sobre Folha a Recuperar</u>	<u>Total</u>
Constituição do crédito		5.648.758	201.758	5.850.516
Atualização monetária até 31.12.2024		2.223.914	88.576	2.312.490
Compensação	(2)	<u>(2.007.690)</u>	<u>(72.357)</u>	<u>(2.080.047)</u>
Saldo em 31/12/2024		<u>5.864.982</u>	<u>217.977</u>	<u>6.082.959</u>

Atualização monetária de 2025	(1)	<u>600.594</u>	<u>22.017</u>	<u>622.611</u>
		6.465.576	239.994	6.705.570
Compensação	(2)	<u>(3.322.376)</u>	<u>(127.229)</u>	<u>(3.449.605)</u>
Saldo em 31/12/2025		<u>3.143.200</u>	<u>112.765</u>	<u>3.255.965</u>

(1) Apropriado contabilmente a atualização monetária com base na variação da SELIC dos Créditos Extemporâneos;

(2) Os pedidos de compensação foram apresentados à Secretaria da Receita Federal através de PERD/COMP, os quais estão pendentes de homologação por parte desta autoridade fiscal.

7. ESTOQUE PARA USO E CONSUMO

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Material hidráulico	1.264.360	1.218.495
Material elétrico	309.257	274.388
Peças, acessórios e ferramentas	684.898	448.479
Material eletrônico	192.103	97.695
Lubrificantes	70.030	23.048
Material de construção	149.476	219.613
EPI - segurança do trabalho	60.093	45.422
Outros	21.948	31.723
Total	<u>2.752.165</u>	<u>2.358.863</u>

8. OUTROS CRÉDITOS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Adiantamentos a fornecedores diversos	967.903	119.632
Pagamento antecipado de férias	113.921	16.396
SEBRAE	69.870	69.870
Outros	27.932	17.401
Total	<u>1.179.626</u>	<u>223.299</u>

9. IMOBILIZADO

	<u>31/12/2025</u>		
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação Acumulada</u>	<u>Saldo Líquido</u>
Máquinas e equipamentos	10.120.033	(6.235.877)	3.884.156
Ferramentas	381.171	(210.777)	170.394
Instalações e móveis	397.814	(132.043)	265.771
Móveis, utensílios e equipamento de cozinha	31.725	(9.581)	22.144
Equipamentos de informática	627.961	(339.104)	288.857
Equipamentos de comunicação	620.218	(272.297)	347.921

Equipamentos eletrônicos	2.058.857	(621.101)	1.437.756
Veículos utilitários	4.436.670	(3.372.107)	1.064.563
Benfeitoria em bens de terceiros	1.572.304	(645.761)	926.543
Benfeitoria em andamento	1.311.652	-	1.311.652
Total	21.558.405	(11.838.648)	9.719.757

	31/12/2024		
	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido
Máquinas e equipamentos	9.351.566	(4.615.741)	4.735.825
Ferramentas	454.043	(284.246)	169.797
Instalações e móveis	688.009	(486.257)	201.752
Móveis, utensílios e equipamento de cozinha	31.725	(6.413)	25.312
Equipamentos de medição	704.835	(361.397)	343.438
Equipamentos de informática	653.008	(463.231)	189.777
Equipamentos de comunicação	727.254	(388.389)	338.865
Equipamentos eletrônicos	1.731.452	(552.741)	1.178.711
Veículos utilitários	4.221.705	(3.367.654)	854.051
Benfeitoria em bens de terceiros	1.492.914	(527.682)	965.232
Benfeitoria em andamento	889.659	-	889.659
Total	20.946.170	(11.053.751)	9.892.419

	Saldo em 31/12/2024 (líquido)	Adições	Baixas Líquidas	Ajuste Líquido (Levantamento Físico)	Depreciações	Saldo em 31/12/2025 (líquidos)
Máquinas e equipamentos	4.735.825	1.219.899	-	(429.046)	(1.642.522)	3.884.156
Ferramentas	169.797	38.537	-	(7.291)	(30.650)	170.393
Instalações e móveis	201.752	136.835	-	(36.701)	(36.114)	265.772
Móveis, utensílios e equipamento de cozinha	25.312	-	-	5	(3.173)	22.144
Equipamentos de medição	343.438	-	-	(306.986)	(36.452)	-
Equipamento de informática	189.778	221.894	(4.947)	(46.474)	(71.393)	288.858
Equipamento de comunicação	338.863	154.544	(4.443)	(59.137)	(81.905)	347.922
Equipamentos eletrônicos	1.178.711	551.645	-	(109.621)	(182.980)	1.437.755
Veículos utilitários	854.052	839.025	-	(185.662)	(442.852)	1.064.563
Benfeitoria em bens de terceiros	965.232	79.390	-	(26.928)	(91.152)	926.542
Benfeitoria em andamento	889.659	421.993	-	-	-	1.311.652
Total	9.892.419	3.663.762	(9.390)	(1.207.841)	(2.619.193)	9.719.757

	Saldo em 31/12/2023 (líquido)	Adições	Baixas Líquidas	Transferências	Depreciações	Saldo em 31/12/2024 (líquidos)
Máquinas e equipamentos	3.362.024	2.394.428	-	-	(1.020.627)	4.735.825
Ferramentas	182.810	21.406	-	-	(34.419)	169.797
Instalações e móveis	197.695	39.047	-	-	(34.990)	201.752
Móveis, utensílios e equipamento de cozinha	17.736	10.106	-	-	(2.530)	25.312
Equipamentos de medição	398.117	-	-	-	(54.679)	343.438
Equipamento de informática	166.006	83.947	-	-	(60.175)	189.778
Equipamento de comunicação	264.524	150.659	(4.809)	-	(71.511)	338.863

Equipamentos eletrônicos	564.992	731.128	-	-	(117.409)	1.178.711
Veículos utilitários	1.049.881	219.072	(51.750)	-	(363.151)	854.052
Benfeitoria em bens de terceiros	1.053.889	-	-	-	(88.657)	965.232
Benfeitoria em andamento	278.509	611.150	-	-	-	889.659
Total	7.536.183	4.260.943	(56.559)	-	(1.848.148)	9.892.419

As taxas de depreciação e as respectivas vidas úteis dos bens do ativo imobilizado são as seguintes

Nomenclatura	Taxa Anual de Depreciação
Máquinas	25%
Equipamentos	10%
Ferramentas	10%
Instalações e móveis	10%
Móveis, utensílios e equipamento de cozinha	10%
Equipamento de informática	20%
Equipamento de comunicação	20%
Equipamentos eletrônicos	20%
Veículos utilitários	20 e 25%
Benfeitorias em bens de terceiros	4% e 10%

10. INTANGÍVEIS

	31/12/2025		
	Custo	Amortização Acumulada	Saldo Líquido
Softwares	458.991	(401.349)	57.642
Marcas e Patentes	3.050	-	3.050
Total	462.041	(401.349)	60.692

	2025	2024
Saldos iniciais em 1º de janeiro de 2025 e 2024	123.152	172.967
Adições	1.350	-
Baixas	-	-
Amortizações	(63.810)	(49.815)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2025 e 2024	60.692	123.152

11. FORNECEDORES

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedor energia, telefone e água	2.196.682	1.566.332
Fornecedores diversos	1.578.837	775.743
Total	3.775.519	2.342.075

12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
IRRF PJ a Recolher	4.880	2.456
PIS, COFINS e CSLL a Recolher	23.035	10.524
ISS a Recolher	16.717	6.989
IRRF PF e Folha de Pagamento	141.545	101.853
Total	<u>186.177</u>	<u>121.822</u>

13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
INSS folha e terceiros	387.078	300.263
FGTS	123.439	97.281
PIS	10.478	8.168
Contribuições sindicais	2.719	2.697
Outras contribuições	410	486
Total	<u>524.124</u>	<u>408.895</u>

14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Provisões de férias	1.779.540	1.472.321
Ordenados e salários a pagar	5.645	1.044
Total	<u>1.785.185</u>	<u>1.473.365</u>

As provisões trabalhistas relacionadas às férias e encargos correspondentes, foram constituídas com base na remuneração de cada colaborador e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço.

15. PROVISÕES

		<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Provisão de energia elétrica	(a)	3.292.922	3.200.580
Provisão fornecedores diversos		19.903	264.349
Total		<u>3.312.825</u>	<u>3.464.929</u>

(a) Refere-se ao valor movimentado por estimativa do custo com energia elétrica, sendo a provisão estornada, no mês subsequente, quando do recebimento e contabilização da fatura da concessionária.

16. VALORES A REPASSAR AOS PRODUTORES

		<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Adiantamento de Produtor	(a)	2.640.406	2.641.143
Subvenção governamental Pontal Sul	(b)	1.062.817	-
Total		<u><u>3.703.223</u></u>	<u><u>2.641.143</u></u>

(a) Grande parte desse saldo, no montante de R\$ 2.639.125,12, refere-se ao ICMS cobrado indevidamente nas faturas de energia elétrica no período de fevereiro/2023 a abril/2024. A Neoenergia reconheceu a cobrança indevida e em dezembro/2024 ressarciu o DINC, devolvendo os valores cobrados tanto das faturas do mercado livre como do mercado cativo. A destinação desses recursos financeiros em benefício dos produtores deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração, podendo ser realizado o abatimento mensal nas faturas de energia ou redução de custo fixo, ou utilização para investimento.

(b) Subvenção Governamental recebida da Codevasf, os recursos serão destinados exclusivamente à aquisição de 314 hidrômetros, bem como dos respectivos acessórios necessários à sua instalação nas tomadas d'água das unidades parcelares dos lotes familiares integrantes do Projeto Público de Irrigação Pontal Sul

17. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

		<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Provisões Judiciais			
Provisões Judiciais Cíveis	(a)	156.276	450.338
		<u>156.276</u>	<u>450.338</u>

(a) Saldo oriundo de ação de indenização por danos morais e materiais. Apresentadas alegações finais por ambas as partes. Aguardando julgamento.

A Associação é parte de outros processos de natureza cível e trabalhista, que se encontram em instâncias diversas, e foram classificados como perdas possíveis pela nossa Assessoria Jurídica, levando em consideração tanto a jurisprudência predominante, quanto à documentação específica existente. Os valores em 31 de dezembro de 2025 envolvidos nessas ações são os seguintes:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Cíveis	464.726	1.031.899
Trabalhistas	938.794	139.893
Total	<u><u>1.403.520</u></u>	<u><u>1.171.792</u></u>

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**18.1. Fundo de Reserva**

Reserva constituída mediante a apropriação de 10% do resultado líquido de cada exercício social, em conformidade com o Artigo 63 do Estatuto Social do DINC.

18.2. Superávit Acumulado

Em 31 de dezembro de 2025, o superávit acumulado está representado pelo superávit líquido do exercício, sendo 10% destinado para o Fundo de Reserva Estatutária e o valor remanescente registrado como saldo a disposição da Assembleia Geral Ordinária – AGO, somado ao superávit acumulado de exercícios anteriores.

18.3. Ajustes Exercícios Anteriores

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fornecedores	-	304.858
Impostos a Recuperar	-	7.522.556
Estoque	-	12.606
Obrigações Trabalhistas	-	(1.065)
Total	<u>-</u>	<u>7.838.955</u>

A administração do DINC resolveu não proceder com a reapresentação e fazer refletir tais ajustes nas demonstrações afetadas do exercício de 2024, conforme sugerido na norma CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro, pela impraticabilidade de determinar os valores a serem divulgados e por ponderar o custo benefício de tal reflexo. Assim optou por manter sua apresentação no Patrimônio Líquido. Sendo importante salientar, que no exercício de 2025, não ocorreram registros contábeis na conta de Ajustes Exercício Anteriores.

Importa destacar que, no exercício de 2025, não houve movimentação contábil com impacto no saldo da conta de Ajustes de Exercícios Anteriores.

19. RECEITA DE SERVIÇOS

	<u>01/01/2025 a 31/12/2025</u>	<u>01/01/2024 a 31/12/2024</u>
Distrito de Irrigação Nilo Coelho		
Receitas com faturamento		
Faturamento - água K2	75.526.860	72.914.373
Água terceiros	25.806	26.851
(-) Reversão de receita - água K2	(7.261)	(5.876)
(-) Abatimentos – água K2	(54.467)	(57.648)
	<u>75.490.938</u>	<u>72.877.700</u>
Receitas com hidrômetros		
Receitas com hidrômetros	76.877	64.479
Receitas com manutenção hidráulica	<u>28.431</u>	<u>64.374</u>

	<u>105.308</u>	<u>128.853</u>
	<u>75.596.246</u>	<u>73.006.553</u>
Projeto Público de Irrigação Pontal Sul		
Receitas com faturamento		
Faturamento - água K2 PONTAL	8.074.542	-
(-) Reversão de receita - água K2 Pontal	(12.087)	-
(-) Abatimentos Pontal	(24.146)	-
	<u>8.038.309</u>	<u>-</u>
Total	<u>83.634.555</u>	<u>73.006.553</u>

As receitas de serviços auferidas referem-se ao valor cobrado dos associados, pequenos, médios e grandes produtores, relacionada com a atividade principal da Associação. Essa receita é formada pelo custo fixo, definido em orçamento destinado à administração, manutenção e operação do Projeto, e pelo custo variável, rateado com base no volume fornecido de água do produtor, oriundo das faturas de energia, sendo cobrado de acordo com o volume de água consumida de cada lote. A partir de fevereiro de 2025, o DINC começou a gerar o faturamento do Projeto Público de Irrigação Pontal Sul.

20. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>01/01/2025 a 31/12/2025</u>	<u>01/01/2024 a 31/12/2024</u>
Consumo de energia	(35.021.871)	(31.394.732)
Custos com pessoal	(11.508.032)	(9.870.541)
Custos operacionais	(14.866.627)	(12.251.161)
Consumo de combustíveis e lubrificantes	(2.778.767)	(2.299.370)
Total	<u>(64.175.297)</u>	<u>(55.815.804)</u>

Os custos operacionais contemplam os valores do Nilo Coelho e do Projeto Público de Irrigação Pontal Sul, sendo importante salientar que no ano de 2025 os custos com energia do Projeto Pontal ficaram sob a responsabilidade da Codevasf.

21. DESPESAS COM PESSOAL

	<u>01/01/2025 a 31/12/2025</u>	<u>01/01/2024 a 31/12/2024</u>
Remuneração pessoal com vínculo empregatício	(3.531.221)	(2.776.377)
Benefícios pessoal com vínculo empregatício	(2.670.650)	(2.562.613)
Provisões	(1.914.122)	(1.575.256)
Obrigações sociais	(1.481.707)	(1.381.871)
Total	<u>(9.597.700)</u>	<u>(8.296.117)</u>

22. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Depreciações e amortizações no exercício	(2.683.002)	(1.897.963)
Despesas administrativas	(3.402.742)	(2.022.936)
Despesas tributárias	(565.242)	(631.624)
Processos judiciais	(29.494)	(107.014)
Despesas com terceiros	(1.195.648)	(700.075)
Provisão para devedores duvidosos	-	(282.982)
Total	(7.876.128)	(5.642.594)

23. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Venda de imobilizado	196.600	97.442
Outras receitas operacionais - recuperações	170.979	66.581
Perda da baixa de imobilizado	(1.209.232)	-
Receita de doação	(a) 212.000	-
Outras receitas	(b) 469.793	449.140
Total	(159.860)	613.163

- (a) Valor refere-se, a receita da alienação Escavadeira Hidráulica Doosan, pertencente à CODEVASF e sob responsabilidade do DINC, a qual, após cessão para uso operacional, teve o valor da alienação formalmente doada ao Distrito, conforme disposto na Resolução Regional nº 100, emitida pela CODEVASF em 24 de fevereiro de 2025, no montante de R\$ 212.000,00.
- (b) Parte do saldo refere-se ao Processo nº 0801155-96.2021.4.05.8308, cujo prognóstico de perda foi alterado de “provável” para “remota”. Em decorrência dessa reavaliação, foi efetuada, no mês de dezembro, a reversão da provisão, no montante de R\$ 294.062,39

24. RESULTADO FINANCEIRO

	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	3.614.130	2.213.463
Juros auferidos	8	-
Desconto obtido	1	4
Atualização juros e multa	438.525	408.282
Juros da negociação efetuada	252.851	60.999
Juros sobre negociação água em atraso	21.808	13.439
Atualização Monetária	622.610	640.449
Atualização juros e multa-Pontal	47.361	-
	4.997.294	3.336.636
Despesas financeiras		
Descontos concedidos	(2.781.190)	(2.801.216)

Despesas bancárias	(30.273)	(42.094)
IOF	(4.360)	(970)
Juros Passivos	(19)	(23)
	<u>(2.815.842)</u>	<u>(2.844.303)</u>
Total	<u>2.181.452</u>	<u>492.333</u>

25. CRÉDITOS EXTEMPORÂNEOS

Em abril de 2024, o DINC reconheceu contabilmente créditos tributários extemporâneos, relacionados a contribuições sociais, do período de abril de 2019 e dezembro de 2021, a título de INSS Patronal e Terceiros (R\$ 5.648.758,08) e PIS Sobre Folha de Pagamento

(R\$ 201.757,90), levantados por uma empresa de consultoria (NW Negócios e Investimentos Ltda.), para recuperação administrativa (compensação mediante apresentação de PER/DCOMP).

O levantamento e registro contábil, de forma extemporânea, por parte do DINC, dos referidos créditos tributários, está fundamentado no resultado do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI nº 4.480 proposta pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino – CONFENEN), que declarou parcialmente a inconstitucionalidade formal do art. 13, III, §1º, I e II, §§ 3º e 4º, I e II, §§ 5º, 6º e 7º; do art. 14, §§1º e 2º; do art. 18, caput; e do art. 31 da Lei Nº 12.101, de 27/11/2009, com a redação dada pela Lei Nº 12.868, de 15/10/2013, e a inconstitucionalidade material do art. 32, § 1º, da Lei No 12.101/2009.

Ocorre que, a constituição brasileira estabelece que as entidades beneficentes da assistência social possuem o direito a imunidade de recolhimento das contribuições sociais, se demonstrado o cumprimento de todos os requisitos previstos em lei a ser instituída para regulamentar a matéria. Consequentemente, se fazia necessária a instituição de uma Lei Complementar para regulamentar a forma de aplicação das respectivas imunidades e os requisitos para a sua solicitação.

Até 16/12/2021, ainda não existia uma lei complementar para regulamentar a forma de aplicação das respectivas imunidades e os requisitos para a sua solicitação, sendo aplicada de modo irregular a Lei Ordinária Nº 12.101/2009. A referida lei vinculava a declaração da Imunidade tributária apenas quando concedida a Certificação CEBAS para as entidades beneficentes, infringindo diretamente ao previsto na Carta Magna, vez que a imunidade somente poderia ser tutelada através da promulgação de uma Lei Complementar, o que não era o caso.

Desse modo, as Instituições que cumprissem os requisitos apresentados pelo art. 14 do Código Tributário Nacional poderiam gozar das imunidades previstas no §7º do art. 195 da Constituição Federal. Isto porque o CTN possui natureza de Lei Complementar.

Assim, até dezembro de 2021, para usufruir do benefício da isenção, se fazia necessário, tão somente, o cumprimento dos requisitos do art. 14 do CTN, quais sejam: (a) não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; (b) aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; e (c) manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

Portanto, não poderia ser exigido o cumprimento dos requisitos da Lei No 12.101/2009 para ter direito à isenção que trata a Constituição Federal e, conseqüentemente, não poderia fazer distinção entre as entidades beneficentes que possuíam a Certificação CEBAS ou não.

Somente com a promulgação da Lei Complementar No 187, de 16/12/2021, que os requisitos nela previstos passaram a ser exigidos para a declaração da imunidade de recolhimento das contribuições sociais.

Por esta razão, o DINC foi obrigado a realizar os recolhimentos das referidas contribuições sociais no período de abril de 2019 a dezembro de 2021. Contudo, os valores pagos indevidamente naquele período poderão ser restituídos, mediante compensação com os valores das contribuições sociais a serem recolhidos, condicionado ao cumprimento dos requisitos do art. 14 do Código Tributário Nacional.

Considerando que o DINC cumpria, à época, todos os requisitos acima citados, não há qualquer impedimento para a realização do procedimento de compensação do referido crédito, diante da declaração de inconstitucionalidade da Lei No 12.101/2009.

Sobre o saldo dos créditos extemporâneos incide a atualização monetária calculada com base na variação da taxa SELIC e 1% no mês da compensação. Como resultado dos serviços de levantamento dos créditos extemporâneos, o DINC deverá pagar, para a empresa de consultoria (NW Negócios e Investimentos Ltda.), honorários de êxito equivalentes a 20% (vinte por cento) sobre o montante dos créditos tributários compensados no mês.

Petrolina, 10 de abril de 2026.

1.6 Parecer sem reserva



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Rua Gal. Joaquim Inácio, 790
Empresarial Sá Leitão, 9º Andar
CEP: 50.070-495 Paissandu - Recife -PE
Fone/fax: 81 3366.9922
saleitao@saleitao.com.br
www.saleitao.com.br

Aos
Conselheiros e Diretores do
Distrito de Irrigação do Perímetro Senador Nilo Coelho

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Distrito de Irrigação do Perímetro Senador Nilo Coelho (“DINC”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Distrito de Irrigação do Perímetro Senador Nilo Coelho em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria (sendo estas últimas relativas àquelas publicadas pela Federação Internacional de Contadores – IFAC). Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Distrito de Irrigação do Perímetro Senador Nilo Coelho, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Créditos Extemporâneos

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa Nº 26, que descreve que o DINC registrou créditos extemporâneos relativos a INSS Patronal e Terceiros e PIS Sobre a Folha de Pagamento. Conforme evidenciado na Nota Explicativa Nº 7, até 31 de dezembro de 2025, foram utilizados destes créditos, para compensação de débitos vincendos de contribuições sociais da mesma natureza, o montante de R\$ 5.529.652. Os processos de compensação apresentados à Receita Federal do Brasil estão sujeitos à análise dessa autoridade fiscal para fins de homologação. Conseqüentemente, há possibilidade de questionamento quanto à aceitação desses créditos fiscais, e na eventualidade de ocorrência impactaria os resultados e a posição financeira desta Associação. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.



Auditoria das demonstrações contábeis do período anterior

Os exames das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram conduzidos sob nossa responsabilidade, tendo sido emitido relatório de auditoria em 31 de março de 2025, no qual constava ressalva relacionada à ausência de controles adequados sobre os bens registrados no ativo imobilizado. No exercício de 2025, o DINC procedeu ao levantamento físico dos bens integrantes do ativo imobilizado, com o correspondente registro no módulo patrimonial do software de gestão do DINC e sua conciliação com os saldos contábeis, resultando no aperfeiçoamento dos controles patrimoniais.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao DINC de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outros assuntos

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração do DINC é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do DINC continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o DINC ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do DINC são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração da Entidade a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 10 de abril de 2026.

GERALDO ANTONIO
DUARTE
RIBEIRO:49301357453

Assinado de forma digital por
GERALDO ANTONIO DUARTE
RIBEIRO:49301357453


Geraldo Antônio Duarte Ribeiro
Contador CRC-PE 011.493/O-0
Sá Leitão Auditores S/S
CRC-PE 000.369/O-8

1.7 Parecer do Conselho Fiscal


PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do DISTRITO DE IRRIGAÇÃO NILO COELHO, examinando o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, complementadas pelas Notas Explicativas, e encontrando tudo em perfeita ordem e exatidão, na conformidade dos princípios fundamentais de contabilidade e a legislação pertinente, correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, é de opinião que os referidos documentos atendem as disposições estatutárias e legais, merecendo a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.


Petrolina - PE, 31 de dezembro de 2025

Documento assinado digitalmente
 **HEBER DO NASCIMENTO PAIVA**
Data: 02/04/2026 06:20:15-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

HÉBER DO NASCIMENTO PAIVA
Presidente

Documento assinado digitalmente
 **EDER IGNACIO DE SOUZA**
Data: 08/04/2026 15:35:26-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

EDER INÁCIO DE SOUZA
Secretário

Documento assinado digitalmente
 **FERNANDO ANDRES GALARZA**
Data: 08/04/2026 09:39:28-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

FERNANDO ANDRES GALARZA
Conselheiro

Colaboração

Flávio Teixeira de Souza
Gerente Administrativo/Financeiro
CRA/PE 14.502
ga@dinc.org.br

Armando Bagagi Bezerra
Gerente de Operação
CREA/PE 51.874
go@dinc.org.br

Alisson Cleiton Alves de Souza
Gerente de Manutenção
CREA/PE 08784241
gm@dinc.org.br

Laura Geyse Pereira dos Santos
Coordenadora de Controladoria
CRC/PE 029996/0-9
controladoria@dinc.org.br

Responsável pelas Informações:

Coordenadora de Controladoria
CRC-PE 029996/0-9

Gerente Executivo
CRA-PE 10.964

Documento original assinado pelos responsáveis.

